



Anais da Assembléia

Nº 160

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 04 DE DEZEMBRO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 239ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 1975.

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Buffara e Rosário Pitelli.

Às quatorze horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Antonio Facci, Aragão de Matos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel Gilberto Carvalho, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (50), achando-se ausentes os Srs. Alfredo Gulin, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato e José Domingos Scarpelini (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de vetos governamentais. ^

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 337/75, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 05/75, de autoria do Deputado Lúcio Machado, que autoriza o Poder Executivo construir uma ponte de concreto armado sobre o Rio Jacaré, na estrada que liga os municípios de Santo Antonio da Platina e Barra do Jacaré. Parecer da C.C.J., pela manutenção do Veto.

OFÍCIO 270/75.

Curitiba, 12 de novembro de 1975.

Proposição nº 337/75.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício 112/75, desta Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição que me confere o art. 37, inciso III, e na conformidade com o disposto no § 1º do art. 28, ambos da Constituição Estadual, VETEI O PROJETO DE LEI Nº 05/75, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos expostos adiante.

Visa o autógrafo autorizar o Poder Executivo a construir uma ponte de concreto armado sobre o rio Jacaré, na estrada que

liga o Município de Santo Antonio da Platina ao Município de Barra do Jacaré.

A negativa da sanção ao Plano de Lei em exame decorre das disposições constitucionais expressas nos arts. 25 e 35 da Carta Política Estadual, que conferem ao Chefe do Poder Executivo a competência para iniciativa de leis cuja exceção crie, aumente ou autorize despesa pública.

O não acolhimento do Projeto decorre ainda, da informação prestada pela Secretaria dos Transportes, considerando inoportuna a medida, eis que as obrigações já assumidas pela referida Secretaria não lhe permitem novos encargos, principalmente aqueles que demandem substanciais recursos financeiros.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado.

— Em discussão.

O SR. LÚCIO MACHADO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra para discutir o Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Vimos denominar nesta oportunidade, o Exmo. Sr. Governador do Estado, como máquina de vetar.

Parece-me que o Executivo do meu Estado nem sequer verifica o que consta dos projetos de leis que levam meio ano para lograr aprovação. E o pior, o Sr. Governador do Estado demonstra através destes vetos, que não conhece o Estado que ele governa.

Hoje reúne-se a Assembléia em reunião extraordinária, para vetar o projeto de lei de nossa autoria, o terceiro, projeto este que teve a aprovação da Casa, como tantos outros, projeto este que pede a resolução de um problema de 50 anos. É um rio que contém, aproximadamente, um vão de trinta metros que liga quatro municípios de relevante importância pela sua produção econômica e os que são obrigados a se servir daquelas estradas que demandam a este município têm que passar pelo Rio Jacaré onde verificariam a construção de uma ponte de concreto, e há 50 anos vem passando por dentro da água. E, conseqüentemente, nas épocas de transportes, das riquezas econômicas produzidas pelas terras férteis daquela localidade, às vezes, esta produção, eivada pelo sacrifício e pelo suor sagrado do trabalho de famílias inteiras, perde-se nas roças, porque não existe esta ponte.

E simplesmente S. Exa. o analisa como um fato deplorável ao vetar projetos de lei desta natureza.

A negativa da sanção ao plano de lei em exame, decorre das disposições constitucionais, expressas nos Arts 25 e 35 da Carta Política Estadual.

Sabemos que o veto não será derrubado. Nós temos certeza que ocorrerá o que sempre ocorreu nesta Casa, que a bancada do Governo é capaz...

O SR. GABRIEL SAMPAIO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Concordo em parte com a argumentação de V. Exa., por uma argumentação muito simples que o veto a um projeto inconstitucional não virá necessariamente dizer que não será construída a ponte sobre o Rio Jacaré de concreto armado, uma coisa não envolve outra. Certamente o povo daquela região que V. Exa. tão bem representa, não irá ficar carente deste benefício, simplesmente porque um projeto inconstitucional, que aqui não cabe julgar.

São outras estruturas que V. Exa. bem conhece, é que impedem e fazem com que o Poder Legislativo seja, hoje, um Poder implicado nas suas legítimas pretensões de representação popular que ele possui.

Portanto, Sr. Deputado, a estrutura que deverá ser talvez criticada, mas não o Sr. Governador que usou simplesmente das suas prerrogativas que uma Constituição anti-legislativa lhe dá.

Mas, isso não quer dizer, Sr. Deputado, que a ponte que V. Exa. reivindicou não vá ser construída, pelo Governo do Estado do Paraná.

O SR. LÚCIO MACHADO — Tem razão V. Exa. ao afirmar que a ponte que solicitamos ao Governo, para resolver o problema de 50 anos de uma população inteira, não deixará de ser construída simplesmente como afirma V. Exa. porque nosso projeto de lei acaba de ser vetado.

Só entendemos uma coisa, nobre Deputado, que talvez essa população tenha que arrefecer ainda mais sua paciência para esperar outros 50 anos de prejuízo, para ficar outros 50 anos no abandono.

Sabemos que S. Exa. o Sr. Governador do Estado está estribado no texto constitucional para vetar nosso projeto de lei. Mas, entendemos, como executivo que já fomos, que, em dadas oportunidades, deixa-se a Lei e age-se pela força da consciência. Quando essa consciência há de ser alertada para a realização e solução de problemas de profundidade, como é o caso da construção da ponte sobre o Rio Jacaré, ligando o município de Santo Antonio da Platina ao Município de Barra do Jacaré.

Não podíamos ficar calados quando o terceiro projeto de nossa autoria, aprovado por esta Casa, vetado pelo Sr. Governador do Estado. E esses vetos são mantidos pela bancada do Governo que nos havia dado sua aprovação.

Sabemos que estamos, pela terceira vez, vencidos. Mas não somos nós que fomos vencidos. Quem está sendo vencido é o interesse comum de uma classe laboriosa, a classe responsável pela grandeza do Estado, a classe ruralista, a classe produtora dos recursos econômicos que tanto engrandecem o Estado do Paraná.

Era isso, Sr. Presidente, simplesmente a justificativa de de nossa lamentação por não ter o governo a sensibilidade de analisar que cada vez que um Deputado traz à Casa um projeto de lei, mesmo sabendo que ele é eivado de inconstitucionalidade ele traz porque é reclamado, é uma queixa do povo é fato de interesse comum de uma classe, é fato de interesse comum do povo do meu Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — Para discutir, Sr. Presidente.

Estamos verificando o processo, com cópia do veto governamental apostado do Projeto de Lei 05/75, de autoria do eminente Deputado Lúcio Machado e deparemos com o parecer da CCJ. Neste plenário temos votado invariavelmente obedecendo ao que dispõe aquela Comissão Técnica, composta por eminentes e preclaros Deputados, dos mais ilustrados desta Casa.

Verifiquei que na CCJ, ao lavrarem parecer sobre o Projeto de Lei 05/75, manifestou-se pela rejeição do mesmo, e por considerar que o projeto implica em aumento de despesa pública, o que é vedado pela Constituição Estadual nos artigos 25 e 35. Mas, não vejo razão para que o eminente Deputado Lúcio Machado se revolte contra o Governo do Estado por haver vetado este plano de lei, por razões de ordem constitucional.

Poderia sugerir a S. Exa. eu mesmo, neste fim de semana, devo participar do ato inaugural de uma ponte em São Miguel do

Iguaçu, numa extensão de 52 metros, toda ela com suporte de concreto armado, construído em convênio com a Prefeitura Municipal, o DER e a Secretaria de Transprote. Há poucos dias foi inaugurada uma ponte sobre o rio Jararaca, no município de Jardim Alegre, em convênio com o Prefeito e DER.

Não há sequer necessidade de se votar uma lei para sensibilizar o Governo do Estado a contribuir com recursos, representados pelo projeto, pessoal, cimento, ferro e outros materiais. Basta que as autoridades municipais saibam como encaminhar o problema junto à Secretaria de Transportes, temos todos os meses assistido a inauguração de pontes, em Dois Vizinhos, Salto do Lontra, Ampere, Francisco Beltrão e também em Pato Branco, todas elas contruídas pela municipalidade com a colaboração do DER, que tem emprestado de todas as formas a ajuda que eventualmente possa dispor.

O SR. LÚCIO MACHADO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. esclarece a Casa, portanto ao Paraná, que o Governo do Estado vem construindo pontes e outras obras em diversos lugares do Estado.

O SR. IVO THOMAZONI — Vem auxiliando a construção.

O SR. LÚCIO MACHADO — Nós, de forma nenhuma, poderíamos duvidar, porque é esta a obrigação do governo de construir e edificar, de melhorar as condições administrativas de seu Estado.

O que nos encabula, nobre Deputado, é que V. Exa. e a sua bancada votaram pela aprovação de nossos projetos de lei, sabendo que os mesmos eram eivados de inconstitucionalidade.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. esteve nesta tribuna e expôs as razões que aqui o trouxeram e respeitei V. Exa. e ouvi a argumentação de V. Exa.

V. Exa. deve, acima de tudo, considerar que nesta Casa ninguém mais do que os representantes do povo que votaram a Constituição que ora vigora, devem ser respeitados. Eu respeito a ela eminente Deputado, V. Exa. não pode criticar o Governador do Estado, porque, em cumprimento às suas disposições é que S. Exa. vetou o plano de lei de V. Exa.

Ninguém mais inteligente que V. Exa. para entender que o Poder Judiciário, aquele que pode dirimir a dúvida, haveria de considerar que o Chefe do Poder Executivo ao vetar estava cumprindo dispositivo constitucional. E nós estaríamos a passar um atestado de imaturidade perante a opinião pública. Nós não desejamos que este Poder nesta prática que não é salutar nem para o seu fortalecimento e também não diria bem para todos nesta Casa procurem fazer com que o seu fortalecimento venha através da prática mais legal possível.

Esta a razão pela qual nós votamos pela manutenção do veto. Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o Projeto. Em votação. REJEITADO O PROJETO, MANTIDO O VETO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 5, sexta-feira, às 9:30 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 240ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 1975.

Presidência do Sr. Deputado Maurício Fruet, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Quielse Crisóstomo.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Antonio Facci, Aragão de Matos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (50); achando-se ausentes os Senhores Deputados Alfredo Guillin, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato e José Domingos Scarpelini (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

MENSAGENS:

MENSAGEM 146/75

Curitiba, 2 de dezembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, o incluso anteprojeto de lei que trata do aumento de vencimento dos servidores públicos do Estado.

O plano ora submetido a essa Augusta Casa de Leis é altamente significativo, eis que, não só vem atender as mais altas reivindicações desta nobre Classe, como também, amparar pecuniariamente o servidor público, que sem dúvida, é uma das molas propulsoras do progresso deste Estado.

De há muito vem se verificando a diminuição do poder aquisitivo dos servidores em geral. Este fenômeno, resulta, sem dúvida, da relação direta: aumento do custo de vida-vencimento.

O Governo do Estado do Paraná, conhecer que é, desta irreversível verdade, e preocupado em retribuir condignamente àqueles que com seu esforço e dedicação prestam seus serviços à Administração, não poderia, nesta oportunidade, deixar de apresentar soluções práticas e imediatas.

E, é com este espírito que apresento o anteprojeto anexo, com os índices a serem adotados para a aplicação de tal medida.

Creio que a concretização da proposta ora formulada virá sanar em parte os problemas financeiros que hoje afligem o funcionalismo público estadual e, como consequência direta propiciar a tranquilidade necessária para o desenvolvimento normal de suas atribuições.

Certo de que a medida ora submetida a essa Augusta Casa, merecerá o necessário apoio e consequente e aprovação, aprovei-

to o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — Os vencimentos dos cargos efetivos e em comissão, das funções gratificadas dos quadros de Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado e os dos integrantes da Polícia Militar do Estado ficam majorados em 30 por cento a partir de 1º de janeiro de 1976.

Art. 2º — A gratificação de produtividade instituída pelas Leis 6.569, de 25 de junho de 1964, 6.583, de 15 de agosto de 1974 e 6.641, de 4 de dezembro de 1974, fica majorada em 30 por cento a partir de 1º de janeiro de 1976.

Art. 3º — O valor do salário família atribuído ao funcionalismo estadual fica também a partir de 1º de janeiro de 1976, majorado em 30 por cento.

Art. 4º — O disposto no artigo 1º aplica-se:

I — aos membros da Magistratura, do Ministério Público, aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado, ao Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal.

II — aos Secretários de Estado, Chefe da Casa Civil e Casa Militar e ao Procurador geral do Estado.

Art. 5º — Os efeitos desta lei são extensivos ao respectivo pessoal inativo, respeitando o critério de proporcionalidade pelo qual o funcionário tenha sido aposentado, reformado ou posto em disponibilidade.

Art. 6º — O valor previsto no art. 5º da Lei nº 6.537, de 15 de maio de 1974, alterado pelo art. 3º da Lei nº 5.674, de 30 de maio de 1975, para as pensões especiais pagas pelo Estado, fica majorado em 30 por cento a partir de 1º de janeiro de 1976.

Art. 7º — Para a fiel execução do disposto nesta lei o Poder Executivo fará publicar as tabelas constantes da majoração, dentro de 15 (quinze) dias, contados da data da publicação desta lei.

Parágrafo único — Nas tabelas a que alude o “caput” deste artigo serão desprezadas as frações de cruzeiro.

Art. 8º — Fica o Poder Executivo autorizado, a sempre que o Governo Federal conceder majoração geral aos vencimentos de seus funcionários, reajustar, por decreto, os vencimentos do funcionalismo estadual, até os mesmos percentuais e vigência adotados pela União, dentro das limitações orçamentárias.

Art. 9º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 147/75

Curitiba, 2 de dezembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a transferência à União Federal, do acervo da Estrada de Ferro Central do Paraná.

A medida ora submetida a essa augusta Casa de Leis reveste-se de grande significado, eis que a importância dos empreendimentos “Central do Paraná” para a economia paranaense é facilmente constatável. Atualmente, a maioria das cargas produzidas na área de influência da ferrovia chega ao porto de Paranaguá transportada por rodovias asfaltadas, assumindo a Estrada do Café (BR-376) um papel de importância decisiva. Essa rodovia, juntamente com as demais que configuram o eixo produção-consumo-exportação, já demonstraram estar congestionadas, principalmente na época das safras.

O advento da Estrada de Ferro Central do Paraná, mesmo admitindo que venha a transportar somente a metade da carga prevista para o próximo ano, levará a um desfogo anual de 79.500 caminhões de 20 toneladas líquidas que deveriam trafegar pelas rodovias. Cada trem que trafegar pela Central do Paraná estará substituindo 24 caminhões de 20 toneladas, diminuindo sensivelmente o custo de transporte de mercadorias. Ao lado disso, o estudo determinado pela Secretaria de Estado dos Transportes apontou o transporte ferroviário como sendo 59 por cento mais barato que o rodoviário.

Mas, como a ferrovia em apreço não pode ser explorada pelo Governo Estadual, cuidou este de lavrar convênio com a União Federal, objetivando a sua transferência para a área federal em consequente exploração pela REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A, mediante ressarcimento em favor do primeiro, de todas as despesas realizadas na construção da obra. Entretanto, esse convênio estabeleceu valores fixos a serem pagos pela União, os quais, em virtude do longo tempo empregado na construção e entrega da obra como concluída não condizem com o seu custo real, o que é facilmente compreensível em se considerando problemas de ordem inflacionária e mais as alterações técnicas introduzidas no projeto original do empreendimento, visando a melhoria das condições do primitivo traçado, a próprio pedido da REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A.

Por essa razão e pela necessidade que tem o Estado de se ver ressarcido das importâncias dispendidas com a construção dessa obra e mais porque existem bens imóveis desapropriados pelo Estado, e que devem igualmente ser transferidos, torna-se imperativa a lavratura de contratos de compra e venda relativos a esses mesmos bens já citados e discriminados nas relações anexas, as quais fazem parte do processo protocolado sob o número 08398/75-PG.

A entrega da ferrovia pelo Estado ao Governo Federal já foi devidamente autorizada pela Assembléia Legislativa Estadual, conforme se vê da Lei nº 5768, de 10 de maio de 1968, em seu artigo 7º:

"Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com o Governo Federal, destinado a entregar a obra, uma vez concluída a construção, à tutela definitiva desse, e a receber a indenização dos recursos que forem aplicados em função desta Lei, inclusive juros e taxas adicionais, na execução do projeto ferroviário em apreço".

Por outro lado, a mesma lei previu em seu artigo 8º, que os recursos já aplicados pelo Estado até aquela data, poderiam ser objeto de indenização, devidamente corrigidos, através de aplicação em obras no Paraná, de interesse estadual ou nacional.

Ocorre, mais, que no parágrafo 2º do citado artigo ficou estipulado que na seleção das obras a serem objeto da indenização, o Poder Executivo Estadual gestiona junto ao Governo Federal no sentido de obter preferência para a construção de um oleoduto ligando Paranaguá a Curitiba. Hoje, entretanto, esse oleoduto está sendo construído sob inteira responsabilidade da PETROBRÁS, nada mais tendo a ver com o ressarcimento do custo da Construção da "Estrada de Ferro Central do Paraná".

Por essa razão é que se torna necessária a alteração do parágrafo segundo do artigo 8º da mencionada lei, para colocar em preferência a aplicação daqueles recursos provenientes do ressarcimento, em obras de real, atual e prioritário interesse do Governo Estadual. Visando a seleção daquelas obras cuja realização seria mais urgente no setor dos transportes estaduais, foi elaborado pela Secretaria do Estado do Planejamento um minucioso estudo que resultou no "Programa Especial de Rodovias Alimentadoras".

Certo de que a medida ora submetida a essa Augusta Casa, merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à União Federal, em decorrência da Lei nº 5.768, de 10 de maio de 1968, o acervo da obra "Estrada de Ferro Central do Paraná".

Parágrafo único — Os imóveis que compõem o acervo da Estrada de Ferro Central do Paraná, adquiridos ou desapropriados por ato do Governo do Estado, são os relacionados às fls. 98 a 116, do processo protocolado sob o nº 08398/75-PG.

Art. 2º — O Parágrafo único, do art. 8º da Lei nº 5.768, de 10/05/68, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único — O Poder Executivo gestionará junto ao Governo Federal para obter preferência para o "Programa Especial de Rodovias Alimentadoras", entre as obras selecionadas para a indenização".

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 149/75

Curitiba, 3 de dezembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência, para, nos termos do § 1º, alínea b, do art. 15, da Constituição Estadual, convocar essa Augusta Assembléia Legislativa a reunir-se, extraordinariamente, de 6 a 30 de dezembro do corrente, ano, para o fim especial de apreciar matérias de relevante interesse público, as quais estão contidas nas Mensagens em tramitação nessa Casa de Leis, sob os nºs 89/75, de 14 de outubro de 1975; 92/75, de 20 de outubro de 1975; 109/75, de 6 de novembro de 1975; 145/75, de 26 de novembro de 1975; 146/75, de 26 de novembro de 1975; 146 e 147/75, de 2 de dezembro de 1975, bem como as que tratam de referendo a convênios, sob os nºs 25/75, 27/75, 39/75, 44/75, 46/75, 49/75, 50/75, 55/75, 58/75, 62/75, 66/75, 71/75, 72/75, 73/75, 74/75, 75/75, 76/75, 67/75, 77/75, 78/75, 79/75, 80/75, 81/75, 82/75, 83/75, 84/75, 86/75, 85/75, 87/75, 88/75, 93/75, 95/75, 96/75, 97/75, 98/75, 99/75, 100/75, 101/75, 102/75, 103/75, 104/75, 105/75, 106/75, 108/75, 107/75, 110/75, 111/75, 112/75, 113/75, 115/75, 116/75, 117/75, 118/75, 119/75, 120/75, 121/75, 122/75, 123/75, 124/75, 125/75, 126/75, 127/75, 128/75, 129/75, 130/75, 131/75, 132/75, 133/75, 134/75, 135/75, 136/75, 137/75, 138/75, 139/75, 140/75, 141/75, 143/75 e 144/75.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 148/75

Curitiba, 3 de dezembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a grata satisfação de encaminhar a Vossa Excelência em anexo, um projeto de Estatuto do Magistério Público do Estado do Paraná, para o ensino de 1º e 2º graus, em sintonia com disposições da Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixou diretrizes e bases para aquele ensino e deu outras providências, sem revogar integralmente a Lei Federal nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e com a legislação complementar em especial o Decreto nº 71.244, de 11 de outubro de 1972, considerada a alteração nele introduzida pelo Decreto número 71.633, de 29 de dezembro de 1972, encaminhamento que é feito com vistas à sua transformação em lei.

Como é público e notório, o artigo 36 da Lei Federal 5692/72, exige a existência, em cada sistema de ensino, de um estatuto que estruture a carreira do magistério do 1º e 2º graus,

propiciando aos seus integrantes acessos graduais e sucessivos, regulamentando as disposições específicas da mesma Lei Federal e complementando-as no quadro da organização própria do sistema. Como decorrência, disto as Unidades da República movimentaram-se com vistas ao cumprimento dessa disposição legal e, assim, darem consecução a objetivos nacionais nesse campo específico.

Não obstante os grandes esforços realizados, o Estado do Paraná, ainda não conta com um Estatuto do Magistério adequada às imposições da legislação em vigor, o que contrasta, para desfavor seu, com o restante da Nação.

Este fato levou o meu Governo a gestionar, através da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, a elaboração de um anteprojeto de lei, o qual, após sofrer o necessário exame crítico por parte das Secretarias do Planejamento, de Recursos Humanos e de Finanças, além da Casa Civil, com vistas à sua perfeição de fundo e forma a compatibilizá-lo com a realidade do sistema estadual de ensino, afora no que concerne à viabilidade financeira, somente factível após o conhecimento objetivo da real situação do magistério público do Estado do Paraná, subordinada aos novos parâmetros introduzidos pela Lei Federal número 5.692/71.

Em tal esforço, serviram de subsídios estatutos do magistério de quinze Estados, anteprojetos, sugestões e outros documentos existentes, oriundos de órgãos ou pessoas com responsabilidades diretas ou colaterais no processo educativo, razão porque o projeto representa um somatório de idéias, tendências, aspirações e opiniões, devidamente compatibilizadas.

Caso o presente projeto de Estatuto do Magistério venha a merecer aprovação, resultarão, entre outras, as vantagens distinguidas a seguir indicadas, com substanciais repercussões, em grande parte favoráveis, nos campos econômico, psico-social e político:

I — melhor posicionamento do Estado do Paraná no contexto nacional, com possibilidades de serem carreados para si recursos financeiros destinados pelo Governo Federal para a Educação, graças ao disposto no § 1º do artigo 54 da Lei Federal nº 5.692/71;

II — profissionalização do magistério, implicando numa maior eficácia do ensino de 1º e 2º graus;

III — maior facilidade na administração do pessoal do magistério;

IV — consequente canalização das energias para as tarefas de ensino e pesquisa.

Evitou-se tanto quanto possível a introdução de redações novas com respeito à Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, com o objetivo de suprimir ao máximo a proliferação de jurisprudência discriminatória entre servidores do Estado.

É manifesto que, com o presente projeto transformado em lei, é aguardada da parte do Governo uma contrapartida representada por uma melhor adequação e eficácia do ensino, incluídos os fundamentais aspectos de ética magisterial, com sadias repercussões nos educandos, quer do ponto de vista individual quer no que tange ao futuro cidadão deste grande País.

Assim, Senhor Presidente, o Poder Executivo representado pelo atual Governo Estadual, espera ter cumprido, e bem, a parte que lhe competia, ficando no aguardo sereno da manifestação dos ilustres representantes do Poder Legislativo sobre esta momentosa questão.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Ensino de 1º e 2º graus, de que trata a Lei Federal nº 5692, de 11 de agosto de 1971, e dá outras providências.

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO ÚNICO

DO CAMPO DE APLICAÇÃO E DAS DEFINIÇÕES

Art. 1º — O presente Estatuto organiza o Magistério Público do ensino de 1º e 2º graus, estrutura as respectivas séries de Classes, nos termos da Lei Federal nº 5692, de 11 de agosto de 1971, e estabelece o regime jurídico do pessoal do Magistério Público vinculado à administração do Estado do Paraná.

Parágrafo único — Ao pessoal do Magistério, do ensino de 1º e 2º graus, aplicam-se os planos de classificação de cargos instituídos por esta lei.

Art. 2º — Para efeitos desta lei, entende-se:

I — por pessoal do Magistério, o conjunto de Professores e Especialistas de Educação que, nos complexos ou unidades escolares e demais órgãos de educação, ministra, assessora, planeja, programa, dirige, supervisiona, inspeciona, coordena, acompanha, controla, avalia e/ou orienta a educação sistemática, assim como os do que colaboram diretamente nessas funções, sob sujeição às normas pedagógicas e às disposições deste Estatuto;

II — por professor, genericamente, a todo ocupante de cargos de docência;

III — por atividades do Magistério, aquelas inerentes à educação, nelas incluídas a direção, o ensino e a pesquisa.

Art. 3º — O Pessoal do Magistério compreende as categorias seguintes:

I — pessoal Docente;

II — pessoal Especialista.

§ 1º — Pertence ao Pessoal Especialista o membro do Magistério que, possuindo a respectiva qualificação, desempenha atividades de direção, planejamento, orientação, atendimento e acompanhamento psicológico no campo educacional, inspeção, supervisão e outras similares no campo da educação, respeitadas as prescrições contidas nos Artigos 29, 33 e 40, da Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.

§ 2º — A competência do Pessoal do Magistério decorre, em cada grau de ensino, das disposições próprias das leis estaduais e federais, dos regulamentos e regimentos.

TÍTULO II

DO VALOR DO MAGISTÉRIO E DOS PRECEITOS ÉTICOS ESPECÍFICOS

CAPÍTULO I

DO VALOR DO MAGISTÉRIO

Art. 4º — São manifestações do valor do Magistério:

I — o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir os deveres do Magistério;

II — o civismo e o culto das tradições históricas;

- III — o amor aos educandos e à profissão do Magistério;
- IV — a fé do poder da educação como instrumento de formação do homem e do desenvolvimento econômico, social e cultural;
- V — O interesse pela atualização profissional.

CAPÍTULO II

DOS PRECEITOS ÉTICOS ESPECÍFICOS

Art. 5º — O sentimento do dever, a dignidade, a honra e o decoro do Magistério, impõem, a cada um dos seus membros, uma conduta moral e profissional irrepreensíveis, com observância dos preceitos seguintes:

- I — Amar a verdade e a responsabilidade como fundamentos da dignidade pessoal;
- II — exercer o cargo, encargo ou comissão, com autoridade, eficácia, zelo e probidade;
- III — ser absolutamente imparcial e justo;
- IV — zelar pelo aprimoramento moral e intelectual próprio e do educando;
- V — respeitar a dignidade e os direitos da pessoa humana;
- VI — ser discreto nas atitudes e nas expressões oral e escrita;
- VII — abster-se de atos incompatíveis com a dignidade profissional.

TÍTULO III

DO PESSOAL DO MAGISTÉRIO

CAPÍTULO I

DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO

Art. 6º — A carreira do magistério caracteriza-se por atividades continuadas e dirigidas à concretização dos princípios, dos ideais e dos fins da educação brasileira.

Parágrafo Único — A carreira inicia-se, satisfeitas as normas legais e/ou disposições deste Estatuto, ou dele decorrentes, para um dos cargos das classes iniciais das séries de Classes constantes do Plano de Classificação de Cargos do Quadro Próprio do Pessoal do Magistério.

CAPÍTULO II

DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO

Art. 7º — Os cargos do Magistério serão providos segundo o regime jurídico deste Estatuto, sempre mediante concurso público de provas e títulos.

Art. 8º — Os cargos do Magistério integram séries de classes ou classes singulares.

Art. 9º — Para os efeitos desta lei:

- I — cargo é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um Professor ou Especialista de Educação;
- II — classe é um conjunto de cargo com vencimento ou remuneração, fixados o segundo nível de habilitação, qualificação, volume de trabalho e grau de responsabilidade;
- III — série de classe é o conjunto de classes do mesmo gênero de atividades funcionais dispostas hierarquicamente, constituindo a linha vertical de promoção ascensional do Professor ou Especialista de Educação, escalonados em diferentes níveis, de acordo com o grau de qualificação e atribuições correspondentes nos termos da Lei Federal 5692/71;
- IV — grupo ocupacional é o conjunto de atividades correlatas ou afins, quanto a natureza dos respectivos trabalhos ou ao ramo de conhecimento aplicados ao seu desempenho, abrangendo séries de classes ou classes singulares.
- V — serviço é a justaposição de grupo ocupacional, tendo em vista a identidade, a similaridade ou a conexão das respectivas atividades profissionais.

Art. 10 — A estruturação da carreira do Magistério, compreende dois cargos distintos:

- I — Professor;
- II — Especialista de Educação.

§ 1º — O conjunto dos ocupantes de cada um dos cargos deste artigo compõem um grupo ocupacional.

§ 2º — Cada grupo ocupacional compreende cinco níveis de atuação, nos quais o Professor ou Especialista de Educação exercem sua atividade, a saber:

- a) - nível de atuação I, da 1 a 4ª série do 1º Grau;
- b) - nível de atuação II, da 1 a 6ª série do 1º Grau;
- c) - nível de atuação III, da 1. a 8ª série do 1º Grau;
- d) - nível de atuação IV, da 1. a 8ª série do 1º Grau, e da 1ª a 2ª série do 2º Grau;
- e) - nível de atuação V, da série 1ª a 8ª do 1º Grau e da 1 a 4ª série do 2º Grau.

§ 3º — os níveis de atuação são agrupados em séries de classes conforme a formação profissional mínima exigida para o exercício do magistério.

§ 4º — As classes são em número de cinco (5), em função do nível de formação assim integradas:

Classe A: Pelo Pessoal do Magistério que possui habilitação mínima específica de 2º Grau, com três séries.

Classe B: Pelo Pessoal do Magistério que possui habilitação mínima específica de 2º grau, com quatro séries ou de 2º grau, com três séries e mais um ano de estudos adicionais.

Classe C: Pelo Pessoal do Magistério que possui habilitação mínima, específica de grau superior, ao nível de graduação obtida em curso de curta duração, representada por licenciatura de 1º grau, quando se tratar de Professor.

Classe D: Pelo Pessoal do Magistério que possui habilitação mínima, específica de grau superior, ao nível de graduação obtida em curso de curta duração ou mais um ano de estudos adicionais, representada por licenciatura de 1º grau, quando se tratar de Professor.

Classe E: Pelo Pessoal do Magistério que possui habilitação mínima, específica de grau superior ao nível de graduação obtida com duração plena, representada por licenciatura plena quando se tratar de Professor.

§ 5º — Os níveis de atuação abrangem séries de classes assim distribuídas:

- a) - nível de atuação I, Classes A,B,C,D,E;
- b) - nível de atuação II, Classes B,C,D,E;
- c) - nível de atuação III, Classes C,D,E;
- d) - nível de atuação IV Classes D,E;
- e) - nível de atuação V, Classe E.

§ 6º — Cada Classe é composta de cinco níveis de elevação, em função dos avanços em diagonal resultantes dos créditos que traduzem o mérito do Professor ou Especialista de Educação:

- Avanços da Classe A: A1,A2,A3,A4,A5;
- Avanços da Classe B: B1, B2,B3,B4,B5;
- Avanços da Classe C: C1,C2,C3,C4,C5;
- Avanços da Classe D: D1, D2,D3,D4,D5;
- Avanços da Classe E: E1,E2,E3,E4,E5;

Art. 11 — As atribuições e características pertinentes a cada Classe estão especificadas no Anexo I.

Parágrafo Único — As especificações de classes compreendem, para cada classe, além dos outros, os elementos seguintes: denominação, crédito, habilitação específicas exigidas, linhas de promoção e de acesso.

Art. 12 — O avanço em diagonal disposto no parágrafo 6, do art. 10, de um para outro nível de elevação, na forma de tabela de crédito para promoções constantes do anexo III, consiste na concessão de percentual de cinco por cento e incidirá sobre o vencimento do Professor ou Especialista de Educação.

SEÇÃO I DO PLANO DE PAGAMENTO

Art. 13 – O Plano de Pagamento do Magistério obedecerá ao Plano de Classificação dos Cargos constantes das tabelas do Anexo II.

§ 1º – É estabelecido, para cada classe, um vencimento, com aumentos periódicos consecutivos, de cinco por cento por quinquênio de efetivo exercício, como antecipação de gratificação adicional prevista no inciso I, do art. 73.

§ 2º – O Professor ou Especialista de Educação, quando nomeado, perceberá o vencimento da classe respectiva.

§ 3º – Na contagem de tempo de serviço para perfazer o quinquênio, só serão computados, como de efetivo exercício, os afastamentos previstos no artigo 54.

§ 4º – O acesso e a promoção não interrompem a contagem de tempo de serviço para efeito de concessão do quinquênio.

SEÇÃO II DO QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO

Art. 14 – O Quadro Próprio do Magistério compõe-se dos grupos ocupacionais e séries de classes codificadas nesta lei, na conformidade das disposições previstas na Lei Federal 5692/71.

Parágrafo Único – O número de cargos das séries de classes do Magistério será fixado, considerando o regime de trabalho, as características e as necessidades do Sistema Estadual de Ensino.

Art. 15 – Os cargos do Quadro Próprio do Magistério agrupam-se em tabelas distintas, sob o regime deste Estatuto, organizadas segundo o grau de habilitação, complexidade e responsabilidade de suas tarefas e outras características.

Art. 16 – Norma especial fixará, de dois em dois anos, o número de cargos do Quadro Próprio do Magistério, indispensáveis ao atendimento dos compromissos do Estado no desenvolvimento do ensino de 1º e 2º graus, quanto a provimentos pro promoção e acesso, para efeito de inclusão na Lei Orçamentária do exercício seguinte.

TÍTULO IV DO PROVIMENTO E VACÂNCIA DOS CARGOS DO MAGISTÉRIO CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17 – Os cargos do Quadro Próprio do Magistério são acessíveis a todos os brasileiros, respeitadas as exigências fixadas em Lei.

§ 1º – So pode ser provido em cargo de Magistério quem satisfazer os requisitos seguintes:

- I – ser brasileiro;
- II – ter idade mínima de 18 anos e máxima de quarenta e cinco anos até a data da inscrição ao concurso;
- III – haver cumprido as obrigações e os encargos militares previstos em lei;
- IV – estar em gozo dos direitos políticos;
- V – gozar de boa saúde, comprovada mediante inspeção médica de órgão oficial do Estado e de capacidade física para o trabalho;
- VI – ter boa conduta;
- VII – possuir habilitação para o exercício do cargo.

§ 2º – Não fica sujeito ao limite de idade de que trata o item II, do § 1º, deste artigo:

- a) – ocupante de cargo público;
- b) – quem esteja exercendo atividades no Magistério Oficial do Estado.

§ 3º – A inscrição em concurso, com base no parágrafo anterior, não ensejará acumulação com cargo já ocupado pelo candidato e somente será deferida quando o tempo de serviço subtraído da idade cronológica do interessado, não ultrapassar o limite máximo de idade fixado no inciso II, do parágrafo 1º, deste artigo.

Art. 18 – Os cargos do Magistério serão providos atendendo-se ao disposto no art. 7º deste Estatuto e no art. 18, da Lei 6174/70.

CAPÍTULO II DOS CONCURSOS

Art. 19 – A realização de concursos públicos para o provimento de cargos cabe ao órgão competente do Poder Executivo.

Art. 20 – Os provimentos de cargos de cada nível de atuação será feito mediante concurso público de provas e títulos.

Parágrafo Único – Os concursos deverão realizar-se de dois em dois anos, salvo necessidade de ensino, pela ocorrência de vagas, e serão de caráter regional ou municipal, nos termos do respectivo regulamento.

Art. 21 – Das instruções para o concurso, entre outros elementos julgados oportunos, deverão constar: o limite de idade dos candidatos, o número de vagas a serem providas, distribuídas por áreas, especialização e alocação, e o prazo da validade do concurso.

Art. 22 – Encerradas as inscrições para concurso destinado ao provimento de qualquer cargo do Quadro Próprio do Magistério, não se abrirão novas antes de sua realização.

CAPÍTULO III DAS NOMEAÇÕES

Art. 23 – As nomeações serão feitas, em caráter efetivo, nos casos de provimento mediante concurso de provas e títulos.

§ 1º – A nomeação, em caráter efetivo, observará o número de vagas existentes, obedecerá rigorosamente a ordem de classificação no concurso e será feita para a respectiva classe, da série de classes, correspondente a seu nível de atuação, atendido o requisito de aprovação em exame de saúde, ressalvados os casos de incapacidade física parcial, que, de acordo com a Lei, não impeçam o exercício do cargo.

§ 2º – Além dos requisitos previstos no parágrafo anterior, a nomeação depende da prévia verificação, pelo órgão competente, da inexistência de acumulação proibida.

§ 3º – Os candidatos que obtiverem classificação até o limite de número de cargos, para cujo provimento tenha sido aberto concurso, serão chamados mediante edital, para escolher, na ordem da respectiva classificação, o estabelecimento complexo-escolar ou centro interescolar indicados onde prestarão serviços.

§ 4º – A falta de escolha de vaga na data determinada ou o pedido de sustação da nomeação, seja qual for o motivo invocado, importará em renúncia à faculdade de que trata o parágrafo anterior.

CAPÍTULO IV DA POSSE

Art. 24 – Posse é o ato de investidura em cargo do Quadro Próprio do Magistério.

Parágrafo Único – Dispensa-se a posse nos casos de promoção, acesso e reintegração.

Art. 25 — Tem-se por empossado o Professor ou Especialista de Educação após a assinatura de um termo, em que conste o ato que o nomeou e o compromisso de fiel cumprimento dos deveres e atribuições do cargo.

Parágrafo Único — É essencial, para validade do termo, que ele seja assinado ao menos pelo nomeado e pela autoridade que der posse, e mencione a exibição dos documentos necessários para o ato.

Art. 26 — São competentes para dar posse:

- a) o Secretário de Estado da Educação e da Cultura aos ocupantes de cargos que lhe sejam diretamente subordinados;
- b) o Diretor Geral da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, ao Professor ou Especialista de Educação do Quadro Próprio do Magistério;
- c) os Inspectores Regionais de Ensino por delegação de quem de direito.

Art. 27 — Poderá haver posse por procuração, com poderes expressos, quando se tratar de Professor ou Especialista de Educação, ausente do País, em missão do Governo, ou ainda, em casos especiais, a juízo da autoridade competente.

Art. 28 — A autoridade que der posse verificará, sob pena de responsabilidade, se forem satisfeitas as condições legais para a investidura.

Art. 29 — A posse deve verificar-se no prazo de trinta (30) dias contados da data de publicação do Decreto de nomeação no órgão oficial.

§ 1º — O prazo de que trata este artigo será prorrogável por quinze (15) dias, mediante solicitação escrita do interessado esdespacho favorável da autoridade competente para dar posse.

§ 2º — Não se efetivando a posse, por culpa do nomeado, dentro dos prazos previstos neste artigo, tornar-se-á sem efeito a nomeação.

CAPÍTULO V DO EXERCÍCIO

Art. 30 — O início, a interrupção e o reinício do exercício obedecerão ao disposto nos Arts. 44 a 52 da Lei 6174/70.

CAPÍTULO VI DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 31 — Estágio probatório é o período de dois anos de efetivo exercício, a contar do início deste, durante o qual serão apurados os requisitos necessários à confirmação do Professor ou Especialista de Educação no cargo efetivo para o qual foi nomeado.

§ 1º — Os requisitos de que trata este artigo são os seguintes:

- I — idoneidade moral;
- II — assiduidade;
- III — disciplina;
- IV — eficiência.

§ 2º — Quando o Professor ou Especialista de Educação, em estágio probatório, não preencher qualquer dos requisitos enumerados no parágrafo primeiro deste artigo, caberá ao chefe imediato, sob pena de responsabilidade, iniciar o processo competente, dando ciência do fato, por escrito, ao interessado.

§ 3º — D processo referido no parágrafo anterior, se conformará ao que dispuser a regulamentação própria.

§ 4º — Se no processo ficar comprovado o não

preenchimento das condições do estágio probatório, o Professor ou Especialista de Educação, será exonerado, sob proposta do Secretário de Estado da Educação e da Cultura.

§ 5º — Sem prejuízo da iniciativa a que se refere o parágrafo anterior deve o chefe imediato do Professor ou Especialista de Educação, em estágio probatório, encaminhar, ao seu superior hierárquico, até sessenta (60) dias antes da conclusão do prazo de estágio, relatório circunstanciado sobre o cumprimento de cada um dos requisitos previstos no parágrafo primeiro, podendo, se for o caso, ser determinada pela autoridade competente, a instauração do processo de que trata o parágrafo segundo deste artigo.

CAPÍTULO VII DA PROMOÇÃO

Art. 32 — A promoção será representada por avanço horizontal, vertical e diagonal.

§ 1º — O avanço horizontal, feito pelo critério de antiguidade de referência, constitui-se na progressão quinquenal, estabelecida no artigo 73 da presente Lei.

§ 2º — Haverá dois tipos de avanços verticais:

a) avanço vertical por qualificação, através de concursos de provas e títulos a que se submete o Professor para passar de um nível de atuação para outro, da mesma classe, com idêntica remuneração, respeitada a habilitação profissional legal e a linha de correlação fixada na sistemática de classificação de cargos adotados por esta lei;

b) avanço vertical por habilitação, feito pelo critério exclusivo do nível de formação do Professor ou Especialista de Educação, para a elevação à classe de remuneração superior, mas dentro do mesmo nível de atuação.

§ 3º — O avanço diagonal de que trata o artigo 12, efetua-se pelo critério de crédito e constitui-se na elevação do Professor ou Especialista de Educação, dentro da mesma classe, de acordo com a tabela de critérios para promoções, constante do Anexo III deste Estatuto.

§ 4º — Não poderá ser promovido, por avanço vertical ou diagonal, sob qualquer forma, o Professor ou Especialista de Educação em estágio probatório, aposentado em disponibilidade em licença para exercer mandato eletivo ou para tratar de interesses particulares.

§ 5º — A promoção vertical, por habilitação de uma classe para outra será feita de dois em dois anos.

§ 6º — O Conselho do Magistério, anualmente, deverá encaminhar em época oportuna, para efeito orçamentário, a relação das alterações decorrentes da modalidade de promoção constante do parágrafo anterior.

§ 7º — O Professor ou Especialista de Educação, em tempo hábil, deverá apresentar ao Conselho do Magistério os títulos que se fizerem necessários à promoção pleiteada.

Art. 23 — Merecimento é a demonstração positiva, pelo Professor ou Especialista de Educação, durante sua permanência na classe, de pontualidade e assiduidade, capacidade e eficiência, espírito de colaboração e ética profissional, compreensão de deveres e qualificações comprovadas através de curso ou estágio de aperfeiçoamento, retreinamento, atualização ou especialização para o desempenho das atribuições de classe superior, na forma desta lei.

Parágrafo único — As promoções por merecimento serão processadas na forma do Anexo III, de dois em dois anos.

Art. 34 — O interstício para concorrer à promoção de

uma classe para outra, em função de habilitação, será de dois anos, satisfeitas as exigências do artigo anterior.

Art. 35 — O Professor ou Especialista de Educação promovido, ocupará na classe superior referência correspondente àquela em que se encontrava na classe inferior, até atingir a referência limite.

Art. 36 — As promoções serão processadas na forma do respectivo Regulamento.

CAPÍTULO VIII DO ACESSO

Art. 37 — Acesso é a passagem do Professor ou Especialista de Educação, ocupante do cargo que integra série de classes do Quadro Próprio do Magistério, ao cargo inicial da série de classe afins, respeitada a habilitação profissional legal.

Parágrafo único — Quando, por acesso, o integrante do Quadro Próprio do Magistério retornar à classe que já ocupava, deverá exercer atividade do mesmo nível de atuação anterior.

Art. 38 — Na aplicação do artigo anterior, conservar-se-á a mesma referência em que se encontrava na situação anterior, sem interrupção de contagem de tempo de serviço para efeito de promoção horizontal.

Art. 39 — O acesso aos diversos cargos de classes singulares ou séries de classes do Quadro Próprio do Magistério será regulamentado em Atos do Poder Executivo, observada a Lei Federal nº 5691/71, o artigo 17 da presente lei e a legislação aplicável.

CAPÍTULO IX

DA TRANSFERÊNCIA

Art. 40 — Transferência é a passagem do ocupante de cargo do Quadro Próprio do Magistério de uma para outra atividade, no mesmo ou em outro grupo ocupacional.

§ 1º — Só se permite transferência quando houver vaga remanescente de promoções por acesso precedida essa de concurso de provas e títulos, cujo prazo de validade ainda não tenha expirado.

§ 2º — A transferência só poderá ser feita para cargo do mesmo nível de vencimento.

§ 3º — Atendidas as exigências dos parágrafos anteriores, cumulativamente com as de habilitação e qualificação, poderá haver transferência de Professor ou Especialista de Educação de função docente para função de especialista ou vice-versa.

Art. 41 — O tempo de serviço do Professor ou Especialista de Educação transferido, nos termos do artigo anterior, é computado na nova situação para todos os efeitos legais.

CAPÍTULO X

DA REINTEGRAÇÃO

Art. 42 — A reintegração será efetivada com observância dos artigos 106 a 109, da Lei 6174/70.

CAPÍTULO XI

O APROVEITAMENTO

Art. 43 — Aproveitamento é o reingresso, no Magistério Público, do Professor ou Especialista de Educação em disponibilidade esserá efetivado em conformidade com os artigos 110 a 113, da Lei 6174/70.

CAPÍTULO XII DA REVERSÃO

Art. 44 — Reversão é o reingresso, ao Magistério, do Professor ou Especialista de Educação, aposentado, quando insubsistirem os motivos de aposentadoria, caso haja interesse do ensino, observando-se os artigos 114 a 118, da Lei 6174/70.

CAPÍTULO XIII DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 45 — Pode haver substituição quando o titular do cargo do Magistério entrar em gozo de licença ou interromper o exercício por prazo superior a quinze (15) dias.

Parágrafo único — A substituição depende de ato da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, dando direito, durante seu exercício, aos vencimentos fixados em Lei, e durará enquanto subsistentes os motivos que a determinaram.

Art. 46 — As substituições decorrentes da concessão de licença especial serão feitas, preferencialmente, por Professores ou Especialistas de Educação efetivos do mesmo estabelecimento de ensino ou de outros da rede estadual.

CAPÍTULO XIV DA READAPTAÇÃO

Art. 47 — Readaptação é o provimento do Professor ou Especialista de Educação em cargo mais compatível com a sua capacidade física ou intelectual, podendo ser realizada ex-officio ou a pedido, conforme os artigos 120, 121 e 122, da Lei 6174/70.

CAPÍTULO XV DA VACÂNCIA

Art. 48 — A vacância dar-se-á em consequência de:

- I — exoneração;
- II — demissão;
- III — promoção;
- IV — acesso;
- V — transferência;
- VI — aposentadoria;
- VII — falecimento.

§ 1º — A exoneração da-se a pedido do Professor ou Especialista de Educação.

§ 2º — A demissão é aplicada como penalidade.

TÍTULO V DOS DIREITOS, VANTAGENS E CONCESSÕES CAPÍTULO I DA REMOÇÃO

Art. 49 — Remoção é a passagem do exercício do Professor ou Especialista de Educação de um para outro complexo escolar, centro interescolar ou estabelecimento de ensino, preenchendo claros, sem que se modifique sua situação funcional.

§ 1º — Exceto o caso previsto no artigo 53 deste Estatuto, somente serão deferidas as remoções que satisfizerem aos interesses do ensino e da administração.

§ 2º — Processa-se a remoção:

- I — a pedido:
 - a) - por concurso;
 - b) - por permuta;
- II — ex-officio, no interesse do ensino.

§ 3º — A remoção, salvo por permuta, no interesse do

ensino e no caso do artigo 53, deste Estatuto, será feita durante o período de férias escolares ao fim de cada ano.

§ 4.º – A remoção prevista no inciso II, do parágrafo 2º deste artigo, somente será efetivada de estabelecimento onde existe comprovado excesso para outro onde se verifique comprovada falta de Professores ou Especialistas de Educação.

Art. 50 – Só caberá remoção, a pedido, quando formulado para alocação em estabelecimento de ensino, centro interescolar ou complexo escolar situado no mesmo município e pela forma prevista nos parágrafos deste artigo.

§ 1.º – Pelo menos sessenta (60) dias antes da abertura da inscrição para os concursos de ingresso no Magistério, ou de remoção de um para outro Município, as vagas existentes serão relacionadas e mediante publicação na Imprensa Oficial, serão postas à disposição dos Professores ou Especialistas de Educação em exercício, por trinta (30) dias.

§ 2.º – Na hipótese de haver mais de um interessado para a mesma vaga, terá preferência o Professor ou Especialista de Educação mais antigo no Magistério, e, em igualdade de condições, o mais antigo no Município.

Art. 51 – Salvo o disposto nos Artigos 52 e 53, deste Estatuto, a remoção de Professor ou Especialista de Educação para complexo escolar, centro interescolar ou estabelecimento de ensino situado em outro Município, só poderá ser feita mediante concurso, no qual serão considerados, principalmente, o tempo de serviço no cargo e no Magistério, a assiduidade, os trabalhos escursos realizados.

§ 1.º – As remoções dos Professores ou Especialistas de Educação em concurso obedecem, rigorosamente, à ordem de classificação.

§ 2.º – O Professor ou Especialista de Educação tem direito à escolha do complexo escolar, centro interescolar ou estabelecimento de ensino que lhe convier, e neste caso, a preferência é dada, também, de acordo com a ordem de classificação.

§ 3.º – Para efeito dos parágrafos anteriores deste artigo, a Secretaria de Estado dos Recursos Humanos ao abrir a inscrição para o concurso de remoção de um para outro Município, publicará no órgão oficial a relação das vagas existentes.

Art. 52 – A remoção por permuta será processada em qualquer época, a pedido de ambos os interessados, em requerimento conjunto.

Art. 53 – As Professoras ou Especialistas de Educação que comprovarem remoção do cônjuge servidor público será assegurado o direito de remoção para complexo escolar, centro interescolar ou estabelecimento de ensino situado no local para onde tenha sido removido o marido, cabendo à Secretaria de Estado da Educação e Cultura determinar o estabelecimento de ensino onde passará a prestar serviços, observados os interesses do ensino.

§ 1.º – Verificada a hipótese da falta de vagas para a mulher funcionária cujo marido, não sendo servidor público, for removido ou transferido em razão do seu emprego, terá ela preferência escolar anotada para ocupar a primeira vaga que se abrir, devendo aguardar em exercício o atendimento.

§ 2.º – Se a Professora ou Especialista de Educação casada, aceitar nomeação para localidade diversa do domicílio da família, isto implicará em renúncia ao direito de requerer remoção com base no caput deste artigo.

§ 3.º – Se a mulher exercer cargo de Especialista de Educação e não houver vaga em seu novo domicílio,

assegurar-se-lhe-á o direito de transferência para o Grupo Ocupacional MP-100-Pessoal Docente, caso possua habilitação profissional legal.

§ 4.º – O Poder Executivo providenciará regulamento para a remoção prevista nesta lei.

C CAPÍTULO II DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 54 – Na contagem de tempo de serviço para perfazer o quinquênio, só serão computados como de efetivo exercício, os afastamentos em virtude de:

- I – férias;
- II – casamento, até oito dias;
- III – luto por falecimento do cônjuge, filho, pai, mãe e irmão, até oito dias;
- IV – trânsito;
- V – juri e outros serviços obrigatórios por lei;
- VI – convocação para estágio militar de oficiais de reserva;
- VII – exercício de função do governo ou administração em qualquer parte do território estadual por nomeação do Chefe do Poder Executivo;
- VIII – missão ou estudo no exterior ou em qualquer parte do território nacional, quando o afastamento houver sido autorizado pelo Chefe do Poder Executivo;
- IX – licenças especiais;
- X – licença para tratamento de saúde;
- XI – licença a funcionário que sofrer acidente no trabalho ou for atacado de doença profissional;
- XII – licença à funcionária gestante.

CAPÍTULO III DA ESTABILIDADE

Art. 55 – Estabilidade é a situação adquirida pelo P Professor ou Especialista de Educação efetivo, após o cumprimento dos requisitos atinentes ao estágio probatório, que lhe garantem a permanência no cargo, dele só podendo ser demitido em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de decisão em processo administrativo, em que lhe tenha sido assegurado ampla defesa.

Parágrafo único – a estabilidade referida neste artigo é adquirida nos termos dos artigos 135, 136 e 137, da Lei nº 6174/70.

CAPÍTULO IV DAS FÉRIAS

Art. 56 – As férias do Professor ou Especialista de Educação serão de sessenta (60) dias, dos quais pelo menos trinta (30) consecutivos, usufruídos em período de recesso escolar, segundo escala elaborada no mês de dezembro de cada ano, pelo Diretor da Unidade, Centro Interescolar ou Complexo Escolar, de forma a atender às necessidades didáticas e administrativas.

CAPÍTULO V DAS LICENÇAS

Art. 57 – Conceder-se-á licença ao Pessoal do Magistério, nos termos previstos na Lei 6174/70.

CAPÍTULO VI DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 58 – É assegurado ao Professor ou Especialista de

Educação, nos termos da Lei 6174/70:

- I — o direito de requerer ou representar;
- II — o direito de pedir reconsideração de ato ou decisão proferida em primeiro despacho definitivo;

Parágrafo único — O direito de pleitear na esfera administrativa prescreverá:

- a) em cinco anos, quanto aos atos de que decorram demissão, aposentadoria, ou sua cassação e disponibilidade;
- b) em cento e vinte (120) dias, nos demais casos.

CAPÍTULO VII DA DISPONIBILIDADE

Art. 59 — Disponibilidade é o afastamento do Professor ou Especialista de Educação efetivo, em virtude da extinção do cargo, ou da declaração de sua desnecessidade, prevista nos artigos 146, 147, 148, da Lei 6174/70.

CAPÍTULO VIII DA APOSENTADORIA

Art. 60 — O Professor ou Especialista de Educação será aposentado:

- I — por invalidez;
 - II — voluntariamente, após trinta e cinco (35) anos de serviço;
 - III — compulsoriamente, aos setenta (70) anos de idade.
- § 1º — No caso do inciso II, o prazo é reduzido para trinta (30) anos para as mulheres.
- § 2º — As demais disposições são as previstas no Título V, Capítulo III, da Lei 6174/70.

CAPÍTULO IX

DO VENCIMENTO

Art. 62 — Vencimento é a retribuição pecuniária paga ao Professor ou Especialista de Educação, pelo efetivo exercício do cargo, correspondente à classe fixada em Lei.

Art. 62 — Haverá uma tabela única de valores e classes, correspondendo iguais classes de vencimento, independentemente do nível em que atuar o Professor ou Especialista de Educação.

Parágrafo único — Qualquer aumento ou abono concedido ao funcionalismo em geral será extensivo ao pessoal do Magistério.

Art. 63 — Perderá o vencimento do cargo que detiver, o Professor ou Especialista de Educação nomeado para cargo em comissão, cujo exercício o obrigue a um número de horas semanais de trabalho igual ou superior ao que já esteja designado dentro do mesmo horário.

Parágrafo único — Ao Professor ou Especialista de Educação nomeado para o exercício de cargo em comissão é facultado optar pelo vencimento deste cargo ou pela percepção do vencimento e demais vantagens do seu cargo efetivo, acrescido de gratificação fixa correspondente a vinte por cento do valor do símbolo do cargo em comissão respectivo.

Art. 64 — Ressalvadas as permissões contidas neste Estatuto, e outras previstas em Lei, a falta ao serviço acarretará desconto proporcional ao vencimento mensal do Professor ou Especialista de Educação.

Parágrafo único — Para este efeito, considerar-se-á serviços, além das atividades letivas propriamente ditas, o comparecimento a reuniões e atividades estabelecidas em Regimento, e para as quais o Professor ou Especialista de

Educação terá de ser formalmente convocado, com antecedência nunca inferior a quarenta e oito (48) horas.

Art. 65 — Para o desconto proporcional, referido no artigo anterior, observar-se-ão as regras seguintes:

I — no caso do Especialista de Educação, atribuir-se-á um dia de serviço no valor de um trinta avos (1/30) de seu vencimento mensal;

II — no caso do Professor, considerar-se-á a unidade hora-aula, atribuindo-se-lhe o valor da divisão do vencimento mensal respectivo pelo número de aulas semanais obrigatórias multiplicadas por quatro e meio (4,5).

Parágrafo único — No caso do inciso I, se ocorrer atraso de até uma hora em relação ao início do expediente, ou, ainda, saída antecipada de até uma hora, o Especialista de Educação, em qualquer das hipóteses, sofrerá desconto de um terço (1/3) de seu vencimento diário.

Art. 66 — Ainda que tenha sofrido desconto em seus vencimentos, por faltas, não se ressarcirá o Professor por aula, atividade de recuperação ministrada em obediência ao calendário escolar ou outras exigências de ensino.

Art. 67 — Para efeito de pagamento, apurar-se-á a frequência pelo ponto a que ficam obrigados todos os que exercem cargos de Magistério.

Parágrafo único — Salvo casos expressamente previstos em Lei, é vedado dispensar o Professor do registro de frequência ou abonar faltas ao serviço.

Art. 68 — Observadas as prescrições legais, serão determinados pelos órgãos competentes:

- I — o período de trabalho diário no estabelecimento de ensino, complexo escolar ou centros interestaduais;
- II — o número de horas diárias de trabalho para cada cargo.

Parágrafo único — Os Diretores de Unidades Escolares, Centros Interestaduais ou Complexos Escolares não estão obrigados ao registro de frequência, em virtude de suas atribuições.

Art. 69 — As reposições devidas pelo Professor ou Especialista de Educação e as indenizações por prejuízo que causar à Fazenda Estadual, serão descontadas, não podendo o desconto mensal exceder a um quinto (1/5) do vencimento respectivo.

Parágrafo único — Nos casos de comprovada má-fé, a reposição deverá ser feita de uma só vez, sem prejuízo das penalidades aplicáveis.

Art. 70 — O vencimento do Professor ou Especialista de Educação não poderá ser objeto de arresto, sequestro ou penhora, salvo quando se tratar de prestação de alimentos, na forma da legislação em vigor.

CAPÍTULO X DAS VANTAGENS

Art. 71 — Além do vencimento do cargo, o Professor ou Especialista de Educação poderá receber as vantagens seguintes:

- I — gratificações;
- II — ajuda de custo;
- III — diárias;
- IV — salário família;
- V — auxílio doença.

SEÇÃO ÚNICA DAS GRATIFICAÇÕES

Art. 72 — Conceder-se-á gratificação ao Professor ou

Especialista de Educação:

I – como adicional por tempo de serviço, na forma estabelecida em Lei;

II – pelo exercício em escolas de educação especial;

III – quando designado para exercer, fora do período normal ou extraordinário de trabalho remunerado a que estiver sujeito, às funções de auxiliar ou membro de bancas ou comissões de concurso público;

IV – pelo exercício do encargo como auxiliar ou professor em curso legalmente instituído sempre que realizar a atividade excedente de suas horas regulares de trabalho.

Art. 73 – O Professor ou Especialista de Educação obterá gratificação por tempo de serviço, à base:

I – de vinte e cinco por cento após completar vinte e cinco anos de serviço observado o disposto no parágrafo 1.º, do artigo 13, deste Estatuto;

II – ao completar trinta (30) anos de exercício, cinco por cento ao ano excedente, até o máximo de vinte e cinco por cento.

Parágrafo único – A incorporação da gratificação adicional será imediata, inclusive para efeito de aposentadoria, e computada igualmente sobre as alterações havidas nos vencimentos.

Art. 74 – A gratificação adicional por tempo de serviço será concedida ao Professor ou Especialista de Educação somente se estável no serviço público.

Art. 75 – O Professor ou Especialista de Educação que exercer cumulativamente mais de um cargo terá direito a gratificação adicional por tempo de serviço em relação a cada um deles, mas os períodos de uma concessão, não serão considerados para nova concessão em outro cargo.

Art. 76 – Pelo exercício em escola de Educação Especial o Professor, com habilitação específica nesta área, perceberá uma gratificação especial correspondente a cinquenta por cento desses vencimentos, incorporável aos seus proventos de aposentadoria, se houver exercido por um período não inferior a cinco anos consecutivos.

Art. 77 – A aula extraordinária passará a ter valor fixado em função dos níveis do Plano de Classificação de Cargos, observados os critérios seguintes:

I – um noventa e nove avos (1/99) do nível “2”, do Quadro Próprio do Magistério, ao Professor:

- a) com formação pedagógica até 2.º grau;
- b) acadêmico de curso superior de formação pedagógica;
- c) não incluído nos incisos seguintes;

II – um noventa e nove avos (1/99) do nível “3”, do Quadro Próprio do Magistério, ao Professor:

- a) com licenciatura de curta duração;
- b) portador de registro “D” do Ministério da Educação e Cultura, não licenciado;

III – um noventa e nove avos (1/99) do nível “4”, do Quadro Próprio do Magistério, ao Professor portador de licenciatura plena.

§ 1.º – A aula extraordinária somente será devida para aulas e atividades desenvolvidas a partir da 5.ª série do 1.º grau, inclusive, até a última série do 2.º grau.

§ 2.º – Na proposta de aulas extraordinárias, os Diretores de estabelecimentos de ensino deverão anexar o comprovante de maior habilitação profissional de cada Professor, ficando a critério do órgão competente a determinação do valor da aula, na forma deste artigo.

§ 3.º – O Chefe do Poder Executivo regulamentará, por Decreto, a aula extraordinária do Professor.

CAPÍTULO XI DO AUXÍLIO-FUNERAL

Art. 79 – O auxílio-funeral será o previsto nos artigos 205, 106 e 207, da Lei 6174/70.

CAPÍTULO XII DAS DISTINÇÕES E LOUVORES

Art. 80 – Ao Professor ou Especialista de Educação que haja prestado serviços relevantes à causa do ensino, da pesquisa e da educação, conceder-se-á após sua aposentadoria o título de Professor Emérito.

Parágrafo único – O título simboliza o reconhecimento da relevância dos serviços prestados – e, levará a denominação de Medalha de Professor Emérito, com características e inscrições alusivas.

Art. 81 – Cabe ao Conselho do Magistério, a iniciativa da proposta de concessão da Medalha de Professor Emérito, observado o processo estabelecido em Regulamento.

Art. 82 – O Professor ou Especialista de Educação, no exercício do cargo, que se destacar por trabalhos importantes, quer sob o aspecto profissional quer sob o aspecto humano e social, será distinguido por ato público de louvor.

TÍTULO VI DO REGIME DISCIPLINAR CAPÍTULO I DAS ACUMULAÇÕES

Art. 83 – É vedada a acumulação remunerada, exceto nos casos previstos na legislação em vigor.

CAPÍTULO II DOS DEVERES E PROIBIÇÕES

Art. 84 – O Professor ou Especialista de Educação tem o dever constante de considerar a relevância social de suas atribuições, cabendo-lhe manter conduta moral, funcional e profissional adequada à dignidade do Magistério, observando as normas seguintes:

- I – quanto aos deveres:
 - a) cumprir as ordens dos superiores hierárquicos;
 - b) manter espírito de cooperação e solidariedade com os colegas;
 - c) utilizar processos de ensino que se não afastem do conceito atual de educação e aprendizagem;
 - d) inculcar nos alunos, pelo exemplo, o espírito de solidariedade humana, de justiça e cooperação, o respeito às autoridades constituídas e o amor à Pátria;
 - e) empenhar-se pela educação integral do educando;
 - f) comparecer ao estabelecimento de ensino, às horas de trabalho ordinário que lhe forem atribuídas e, quando convocado às de extraordinário, bem como às comemorações cívicas e outras atividades, executando os serviços que lhe competirem;
 - g) sugerir providências que visem a melhoria do ensino e seu aperfeiçoamento;
 - h) participar no processo de planejamento de atividades relacionadas com a educação para o estabelecimento de ensino em que atuar;
 - i) zelar pela economia de material do Estado e pela conservação do que for confiado à sua guarda e uso;

j) guardar sigilo sobre assuntos do estabelecimento de ensino que não devam ser divulgados;

l) tratar com urbanidade as partes, atendendo-as sem preferências;

m) frequentar, quando designado, cursos legalmente instituídos, para aperfeiçoamento profissional;

n) apresentar-se decentemente trajado em serviço ou com uniforme que for destinado para cada caso;

o) providenciar para que esteja sempre em ordem, no assentamento individual, sua declaração de família;

p) atender prontamente, com preferência sobre qualquer outro serviço, as requisições de documentos, informações ou providências que lhe forem feitas pelas autoridades judiciárias, para defesa do Estado em juízo;

q) proceder, na vida pública e privada, de forma a dignificar sempre a função pública;

r) levar ao conhecimento da autoridade superior irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ou função;

s) submeter-se a inspeção médica que for determinada pela autoridade competente;

II — quanto às proibições:

a) referir-se desrespeitosamente, por qualquer meio, às autoridades constituídas e aos atos da administração, podendo porém, em trabalho devidamente assinado, criticá-los de maneira elevada, impessoal e construtiva, do ponto de vista doutrinário e da organização e eficiência do serviço do ensino;

b) promover manifestações de apreço ou desapreço, dentro do estabelecimento de ensino, ou tornar-se solidário com as mesmas;

c) exercer comércio entre os colegas de trabalho, promover ou subscrever listas de donativos ou praticar a usura em qualquer de suas formas;

d) exercer atividades político-partidárias dentro do estabelecimento de ensino;

e) fazer contratos de natureza comercial ou industrial com o Governo, para si mesmo ou como representante de outrem;

f) requerer ou promover a concessão de privilégios, garantias de juros ou favores idênticos, na esfera federal, estadual ou municipal, exceto privilégio de isenção própria;

g) ocupar cargo ou exercer funções em empresas, estabelecimentos ou instituições que mantenham relações contratuais ou de dependência com o Governo do Estado;

h) aceitar representações de Estados estrangeiros;

i) incitar greves ou aderir a elas;

j) retirar, sem prévia permissão da autoridade competente qualquer documento ou material existente no estabelecimento de ensino;

l) receber comissões, presentes e vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

m) exercer comércio ou participar de atividades comerciais, exceto como acionista, cotista ou comanditário;

n) cometer a outra pessoa, fora dos casos previstos em Lei, o desempenho do encargo que lhe compete;

o) participar, enquanto na atividade, de diretoria, gerência, administração, conselho técnico ou administrativo de empresa ou sociedade comercial ou industrial, quando contratante ou concessionário de serviço público estadual ou fornecedora de equipamentos, material, de qualquer natureza ou espécie, a qualquer órgão estadual, mesmo como procurador.

Parágrafo único — Não está compreendida na proibição do inciso II, alínea g, deste artigo, a participação do Professor ou

Especialista de Educação em cooperativas e associações de classe, na qualidade de associado ou dirigente.

CAPÍTULO III

DO APERFEIÇOAMENTO E DA ESPECIALIZAÇÃO

Art. 85 — É dever inerente ao Professor ou Especialista de Educação diligenciar seu constante aperfeiçoamento profissional e cultural.

Art. 86 — O Professor ou Especialista de Educação é obrigado a frequentar cursos de aperfeiçoamento ou de especialização profissional para os quais seja expressamente designado ou convocado pela Secretaria de Estado da Educação e da Cultura.

Art. 87 — Incluem-se nestas obrigações quaisquer modalidades de reuniões para estudos e debates promovidos ou reconhecidos pela Secretaria de Estado da Educação e da Cultura.

Art. 88 — Para que o Professor ou Especialista de Educação possa ampliar sua cultura profissional, o Estado promoverá a organização:

I — do sistema de bolsas de estudo, no País ou no exterior;

II — de cursos de aperfeiçoamento e especialização sobre novas técnicas e novas orientações pedagógicas aplicáveis às distintas atividades, áreas de estudo ou disciplinas;

III — de cursos de aperfeiçoamento em administração, supervisão, planejamento, orientação educacional, inspeção e outras técnicas que visem às necessidades educativas do Estado.

Art. 89 — Serão observadas, quando ao aspecto financeiro dos estímulos, as normas seguintes:

I — serão inteiramente gratuitos os cursos para os quais o Professor ou Especialista de Educação tenha sido expressamente designado ou convocado;

II — a concessão de bolsas de estudo e autorização para participar em cursos fora do Estado ou no exterior, com recursos do Estado, será feita de modo a proporcionar igual oportunidade de preferência a todos os interessados;

III — o Estado poderá conceder facilidades, inclusive financeiras supletivas, ao Professor ou Especialista de Educação que, por iniciativa própria, tenha obtido bolsa de estudo ou inscrição em cursos fora do Estado ou no exterior, desde que a modalidade de que trate seja correlata à sua formação e atividade profissional no Magistério, à juízo da Secretaria da Educação e da Cultura.

Art. 90 — Sob proposta do Secretário de Estado da Educação e da Cultura, o Chefe do Poder Executivo poderá conceder auxílios financeiros para qualquer atividade em que, ao seu arbítrio, reconheça o interesse de aperfeiçoamento ou especialização, tais como viagens de estudo em grupos de professores, congressos, encontros, simpósios, convenções, publicações técnico-científicas ou didáticas e similares.

Art. 91 — Os diplomas, certificados de aproveitamento, atestados de frequência fornecidos pelo órgão responsável pela administração do curso e bolsa de estudo, influem com títulos nos concursos em geral e nas promoções e acessos de classe em que esteja interessado o seu portador.

CAPÍTULO IV

DA RESPONSABILIDADE

Art. 92 — Pelo exercício irregular de suas atribuições, o Professor ou Especialista de Educação responde civil, penal e

administrativamente, nos termos dos artigos 286 a 290, da Lei nº 6174/70.

CAPÍTULO V DAS PENALIDADES

Art. 93 — São penas disciplinares as previstas no artigo 291, aplicáveis as demais disposições do Capítulo VI, do Título VIII, da Lei nº 6174/70.

TÍTULO VII DA AÇÃO DISCIPLINAR CAPÍTULO I DO ÓRGÃO DA AÇÃO DISCIPLINAR

Art. 94 — O Conselho do Magistério é o órgão da ação disciplinar do Pessoal do Magistério, cumprindo-lhe em geral, velar pela perfeita observância dos preceitos deste Estatuto, quer sob o aspecto ético quer sob o aspecto funcional.

SEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO

Art. 95 — O Conselho do Magistério é composto de sete membros, todos Professores ou Especialistas de Educação estáveis no serviço público, a saber:

I — dois indicados pelo Conselho Estadual de Educação;

II — três indicados pelo Secretário da Educação e da Cultura;

III — dois indicados pelos órgãos de classe.

Parágrafo único — No caso do inciso III, deverão ser indicados Professores ou Especialistas de Educação de 1º e de 2º graus.

Art. 96 — O Conselho do Magistério terá material de expediente, recursos financeiros e pessoal administrativo necessários ao seu funcionamento, oriundos da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, e pessoal de assessoramento designado pelo Secretário de Estado da Educação e da Cultura.

Art. 97 — Na primeira composição do Conselho do Magistério, observar-se-ão três mandatos de um ano, dois de dois anos e dois de três anos, sendo da competência do Secretário de Estado da Educação e da Cultura, decidir o mandato de cada Conselheiro.

Art. 98 — Os demais mandatos serão todos de três anos garantindo-se a renovação anual de um terço de seus membros.

SEÇÃO II

DA COMPETÊNCIA

Art. 99 — Compete ao Conselho do Magistério:

I — conhecer:

a) das infrações a deveres e proibições;

b) das representações;

c) das reclamações sobre classificação em concursos;

d) da organização das listas de promoção;

e) da preterição de preferência legal;

II — apurar responsabilidades;

III — propor ao Secretário de Estado da Educação e da Cultura a concessão da Medalha de Professor Emérito e a expedição de ato público de louvor;

IV — organizar o seu Regimento.

Parágrafo único — Compete ainda ao Conselho do Magistério, como extensão natural de seus fins, conhecer de infrações a deveres e proibições e das responsabilidades do servidor público em geral, alocado em estabelecimento de

ensino, complexo escolar ou centro interescolar ou órgão da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, desde que envolvam participação de Professor ou Especialista de Educação.

Art. 100 — A competência conferida ao Conselho do Magistério inclui a de opinar nos processos administrativos decorrentes de infração a deveres e proibições e a apurar responsabilidades, cabendo ao Chefe do Poder Executivo ou ao Secretário de Estado da Educação e da Cultura, conforme o caso, baixar os atos administrativos de aplicação das penas.

SEÇÃO III DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 101 — O Conselho do Magistério é presidido por um de seus membros, com mandato de um ano, coincidente com o ano civil.

Parágrafo único — O Presidente é eleito na primeira sessão de cada ano, através de escrutínio secreto e sob a Presidência de seu membro mais idoso presente, que também o substituirá em todas as suas faltas e impedimentos.

Art. 102 — Compete ao Presidente do Conselho do Magistério:

I — administrar os serviços do Conselho do Magistério, compreendendo o pessoal administrativo, o material de expediente e os recursos financeiros a cargo do Conselho;

II — representar o Conselho perante o serviço público, as partes e terceiros;

III — referendar todas as resoluções e recomendações adotadas pelo Conselho;

IV — designar os relatores dos feitos, na ordem de apresentação das denúncias ou queixas, das representações e reclamações obedecendo à ordem crescente de idade dos membros do Conselho;

V — cumprir as atribuições a seu encargo, previstas neste Estatuto e em legislação complementar.

Art. 103 — O Conselho do Magistério se reúne, ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente por convocação de seu Presidente ou de dois terços de seus membros conforme impuser a necessidade do serviço.

Art. 104 — O exercício de funções no Conselho do Magistério constitui serviço público relevante.

Art. 105 — O Conselho do Magistério será regulamentado por Decreto do Poder Executivo, em que se estabelecerão as normas de funcionamento e as atribuições complementares.

TÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 106 — O Dia do Professor — 15 de outubro — será assinalado com solenidades que proporcionem a confraternização do Pessoal do Magistério, sempre que possível realizadas através de entidades reconhecidas pelo Poder Público.

Art. 107 — O Estado assegurará:

I — Os limites recomendados pelas normas pedagógicas para lotação de alunos nas classes;

II — O estímulo às publicações periódicas, à publicação de livros, à pesquisa científica e produções similares, quando contribuírem para a educação e a cultura.

III — estímulo à vida associativa, e recreativa dos Professores ou Especialistas de Educação através de suas associações de classe.

Art. 108 — Poderá ser estabelecido o regime de tempo integral, com ou sem dedicação exclusiva, para os cargos ou funções que a lei vier a determinar.

Art. 109 — O Poder Executivo baixará normas relativas ao pessoal do Grupo Ocupacional M-100 — Magistério Superior, remanescente da Lei 5957, de 20 de junho de 1969.

Art. 110 — No prazo de cento e oitenta (180) dias, contados da data da publicação desta lei, a Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, deverá:

a) providenciar o levantamento dos Professores ou Especialistas de Educação que estejam prestando serviços não vinculados à Cultura, à Educação, ao Ensino e à Pesquisa;

b) dar prazo, não inferior a sessenta (60) dias, aos Professores e Especialistas de Educação referidos na alínea "a", deste artigo, para que optem pelo retorno ao exercício efetivo do Magistério;

c) abrir inscrições aos remanescentes para as provas de habilitação necessárias à readaptação em séries de classes do Quadro Único dos Funcionários Cíveis do Estado do Paraná, compatíveis com as funções que se encontram exercendo;

d) compatibilizar, através do regulamento próprio, as opções e acumulações decorrentes da aplicação deste Estatuto.

Art. 111 — As despesas decorrentes da implantação do Quadro Próprio do Magistério serão atendidas pelos recursos próprios do Estado, aliados aos recursos federais de que tratam os artigos 52 a 75, e respectivos parágrafos, da Lei Federal nº 5692/71.

Art. 112 — O Professor ou Especialista de Educação, integrante do Quadro Próprio do Magistério instituído por este Estatuto, ficará sujeito ao horário de trabalho previsto no parágrafo 1.º, do artigo 53, da Lei 6174/70, quando estiver desviado de suas funções, para fora do sistema estadual de ensino.

Art. 113 — Serão mantidos os princípios expressos nos artigos 7.º e 8.º da Lei nº 5957/69, e em seus respectivos

parágrafos, observando-se a regulamentação vigente.

Art. 114 — Poderão ser objeto de regulamentação pelo Poder Executivo, os artigos 77 e 79 da Lei Federal 5692/71.

Art. 115 — Para os serviços de natureza administrativa de apoio à Cultura, à Educação, ao Ensino e à Pesquisa, serão criados, pelo Poder Executivo, os cargos julgados necessários.

Art. 116 — Dentro de cento e oitenta (180) dias, a contar da data da publicação da presente lei, a Secretaria de Estado da Educação e da Cultura promoverá estudos relacionados com a classificação de todos os complexos escolares, centros interestaduais e unidades escolares, por entrâncias ou por zoneamento, para fins de remoção.

Art. 117 — Os integrantes do Quadro Próprio do Magistério, de que trata a presente lei, não poderão ser colocados à disposição de órgãos estranhos à Cultura, à Educação, ao Ensino e à Pesquisa.

Art. 118 — Na falta de pessoal estatutário em número suficiente, será permitida a admissão de pessoal Docente e Especialista sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 119 — Ficam revogadas a Lei nº 5.871, de 06 de novembro de 1968, e a Lei nº 5.957, de 10 de junho de 1969, no que couber.

Art. 120 — O Poder Executivo expedirá, dentro de cento e oitenta (180) dias, a contar da data da publicação desta lei, os atos complementares necessários à plena execução das disposições deste Estatuto.

Parágrafo único — Até que sejam expedidos os atos referidos neste artigo, continuarão em vigor as regulamentações existentes.

Art. 121 — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO – MP

ANEXO I-A

Estruturação da Carreira do Magistério – Grupo Ocupacional: PROFESSOR – MPP-100

NÍVEIS DE ATUAÇÃO	CÓDIGOS	ÁREAS DE ATUAÇÃO	SÉRIES DE CLASSES	NÍVEIS DE VENCIMENTOS	AVANÇOS DE CLASSES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÍVEIS DE FORMAÇÃO (Habilitação Específica)
I	MPP-101	1ª a 4ª séries do 1º Grau	A	1	A1-A2-A3-A4 A5	22	– 2º Grau com três séries
			B	2	B1-B2-B3-B4 B5	22	– 2º Grau com quatro séries ou 2º Grau com três séries mais um ano de estudos adicionais
			C	3	C1-C2-C3-C4 C5	22	– Superior – Licenciatura de curta duração
			D	4	D1-D2-D3-D4 D5	22	– Superior – Licenciatura de Curta Duração mais um ano de estudos adicionais
			E	5	E1-E2-E3-E4 E5	22	– Superior – Licenciatura Plena
II	MPP-102	1ª a 6ª séries do 1º Grau	B	2	B1-B2-B3-B4 B5	22	– 2º Grau com quatro séries ou 2º Grau com três séries mais um ano de estudos adicionais
			C	3	C1-C2-C3-C4 C5	22	– Superior – Licenciatura de Curta Duração
			D	4	D1-D2-D3-D4 D5	22	– Superior – Licenciatura de Curta Duração mais um ano de estudos adicionais
			E	5	E1-E2-E3-E4 E5	22	– Superior – Licenciatura Plena
III	MPP-103	1ª a 8ª séries do 1º Grau	C	3	C1-C2-C3-C4 C5	22	– Superior – Licenciatura de Curta Duração
			D	4	D1-D2-D3-D4 D5	22	– Superior – Licenciatura de Curta Duração mais um ano de estudos adicionais
			E	5	E1-E2-E3-E4 E5	22	– Superior – Licenciatura Plena
IV	MPP-104	1ª a 8ª Série do 1º Grau e 1ª a 2ª séries do 2º Grau	D	4	D1-D2-D3-D4 D5	22	– Superior – Licenciatura de Curta Duração mais um ano de estudos adicionais
			E	5	E1-E2-E3-E4 E5	22	– Superior – Licenciatura Plena
V	MPP-105	1º e 2º graus completos	E	5	E1-E2-E3-E4	22	– Superior – Licenciatura Plena

QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO – MP

ANEXO I-B

Estruturação da Carreira do Magistério – Grupo Ocupacional: ESPECIALISTA DE EDUCAÇÃO – MPE-200

NÍVEIS DE ATUAÇÃO	CÓDIGOS	DENOMINAÇÕES	SÉRIES DE CLASSES	NÍVEIS DE VENCIMENTOS	AVANÇOS DE CLASSES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÍVEIS DE FORMAÇÃO (Habilitação Específica)
Micro-Educação	MPE-201	Diretor	C	3	C1-C2-C3-C4-C5	22	– Superior específico de curta duração
Micro-Educação	MPE-201	Diretor	D	4	D1-D2-D3-D4-D5	22	– Superior específico de curta duração mais um ano de estudos adicionais
Micro e Macro Educação	MPE-201	Diretor	E	5	E1-E2-E3-E4-E5	22	– Superior específico de duração plena
Micro-Educação	MPE-202	Orientador Educacional	C	3	C1-C2-C3-C4-E5	22	– Superior específico de curta duração
Micro-Educação	MPE-202	Orientador Educacional	D	4	D1-D2-D3-D4-D5	22	– Superior específico de curta duração mais um ano de estudos adicionais
Micro e Macro Educação	MPE-202	Orientador Educacional	E	5	E1-E2-E3-E4-E5	22	– Superior específico de duração plena
Micro-Educação	MPE-203	Supervisor de Ensino	C	3	C1-C2-C3-C4-C5	22	– Superior específico de curta duração
Micro-Educação	MPE-203	Supervisor de Ensino	D	4	D1-D2-D3-D4-D5	22	– Superior específico de curta duração mais um ano de estudos adicionais
Micro e Macro Educação	MPE-203	Supervisor de Ensino	E	5	E1-E2-E3-E4-E5	22	– Superior específico de duração plena
Micro-Educação	MPE-204	Inspetor de Ensino	C	3	C1-C2-C3-C4-C5	22	– Superior específico de curta duração
Micro-Educação	MPE-204	Inspetor de Ensino	D	4	D1-D2-D3-D4-D5	22	– Superior específico de curta duração mais um ano de estudos adicionais
Micro e Macro Educação	MPE-204	Inspetor de Ensino	E	5	E1-E2-E3-E4-E5	22	– Superior específico de duração plena
Macro-Educação	MPE-205	Planejador	E	5	E1-E2-E3-E4-E5	22	– Superior específico de duração plena

PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

ANEXO II-A

Serviço: MAGISTÉRIO -- Grupo Ocupacional: PROFESSOR MPP-100

NÍVEIS DE ATUAÇÃO	CÓDIGOS	DENOMINAÇÕES	SÉRIES DE CLASSES	NÍVEIS DE VENCIMENTOS
I	MPP-101	Professor	Classe A	1
	MPP-101	Professor	Classe B	2
	MPP-101	Professor	Classe C	3
	MPP-101	Professor	Classe D	4
	MPP-101	Professor	Classe E	5
II	MPP-102	Professor	Classe B	2
	MPP-102	Professor	Classe C	3
	MPP-102	Professor	Classe D	4
	MPP-102	Professor	Classe E	5
III	MPP-103	Professor	Classe C	3
	MPP-103	Professor	Classe D	4
	MPP-103	Professor	Classe E	5
IV	MPP-104	Professor	Classe D	4
	MPP-104	Professor	Classe E	5
V	MPP-105	Professor	Classe E	5

PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

ANEXO II-B

Serviço: MAGISTÉRIO -- Grupo Ocupacional: ESPECIALISTA -- MPE-200

NÍVEIS DE ATUAÇÃO	CÓDIGOS	DENOMINAÇÕES	SÉRIES DE CLASSE	NÍVEIS DE VENCIMENTOS
Micro-Educação	MPE-201	Diretor	C	3
Micro-Educação	MPE-201	Diretor	D	4
Micro e Macro-Educação	MPE-201	Diretor	E	5
Micro-Educação	MPE-202	Orientador Educ.	C	3
Micro-Educação	MPE-202	Orient. Educacional	D	4
Micro e Macro Educação	MPE-202	Orient. Educacional	E	5
Micro-Educação	MPE-203	Superv. de Ensino	C	3
Micro-Educação	MPE-203	Superv. de Ensino	D	4
Micro e Macro-Educação	MPE-203	Superv. de Ensino	E	5
Micro-Educação	MPE-204	Inspetor de Ensino	C	3
Micro-Educação	MPE-204	Inspetor de Ensino	D	4
Micro e Macro-Educação	MPE-204	Inspetor de Ensino	E	5
Macro-Educação	MPE-205	Planejador	E	5

TABELA DE CRÉDITOS PARA PROMOÇÕES DO PROFESSOR OU ESPECIALISTA DE EDUCAÇÃO		ANEXO III
ESPECIFICAÇÃO	CRITÉRIOS	CRÉDITOS
1. Curso de Aperfeiçoamento, Treinamento, Atualização ou Especialização, relativo ao cargo ocupado, com aproveitamento e reconhecimento pela SEEC	Duração = 30 horas	5
	30 horas < Duração ≤ 50 horas	10
	50 horas < Duração ≤ 100 horas	25
	100 horas < Duração ≤ 200 horas	50
	Duração > 200 horas	70
2. Por quinquênio de efetivo serviço prestado na classe funcional	5 anos	50
3. Curso de Pós-graduação reconhecido pelo CFE ou cujo título for revalidado segundo a legislação em vigor	Em área relativa ao cargo ocupado	100
4. Curso Superior	Graduação em curso superior de qualquer natureza	50
5. Dedicção profissional	Para cada ano de serviço comprovado por frequência integral	10
6. Participação em Comissões, Grupos Tarefas ou Colegiados, designados pela SEEC	A nível de órgão setorial de execução	10
	A nível de administração superior	20
	A nível de planejamento da Macro-Educação	40
7. Exercício de funções	Membro de Banca Examinadora	5
	Subcoordenador ou coordenador de área ou atividade	5
	Direção Auxiliar ou Coordenação Geral	10
	Função Gratificada por ano de desempenho	20
	Cargo em Comissão	30
8. Publicações	Autoria de artigo relativo à área específica da atividade profissional, publicado em revista científica ou técnica, por artigo (MÁXIMO: 20 créditos)	5
	Idem, em jornal, por artigo original (MÁXIMO: 10/ano)	1
	Autoria de livro didático	30
9. Trabalhos	Trabalho ou tese apresentado em congressos ou seminários reconhecidos pela SEEC	10
	Tese apresentada e aprovada em curso de formação profissional	10

OBS:

O número de créditos necessário para a passagem de um a outro nível de elevação, da mesma série de classes, obedecerá ao seguinte:

1º estágio – inicial, pela habilitação legal.

2º estágio – 100 pontos

3º estágio – 200 pontos

4º estágio – 300 pontos

5º estágio – 400 pontos

Ao passar de uma classe para outra, em decorrência de melhoria de habilitação legal, será conduzido ao mesmo estágio (nível de elevação) em que se encontrava na classe de que precede.

– À Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob os números 302, 303, 304 e 310/75, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de números:

66/75 - Do Senhor Deputado BENEDITO LÚCIO MACHADO, que declara de Utilidade Pública o Serviço de Obras Sociais - S.O.S., da Cidade de Santo Antonio da Platina, o qual convertido em Lei tomou o número 6737.

— Ao Conhecimento do Senhor Deputado Interessado.
Agradeça-se.

88/75 - Do Senhor Deputado LÚCIO MACHADO, que declara de Utilidade Pública a Casa da Criança Recanto Feliz, com sede e foro na Cidade e Município de Santo Antonio da Platina, o qual convertido em Lei tomou o número 6736.

— Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.
Agradeça-se.

94/75 - Do Senhor Deputado PAULO CAMARGO, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, da Cidade do Paraíso do Norte, o qual convertido em lei tomou o número 6735.

— Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.
Agradeça-se.

55/75 - Do Senhor Deputado NELSON BUFFARA, que denomina Professor Bento Munhoz da Rocha Neto, o Grupo Escolar da localidade de Porto dos Padres, na cidade de Paranaguá, o qual convertido em Lei tomou o número 6734.

Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.
Agradeça-se.

129/75 - Do Senhor Deputado ALFREDO GULIN, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores de Escola Integrada Estadual América, segunda Unidade Competente Dr. Ernildo de Leão, o qual convertido em Lei tomou o número 6738.

Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.
Agradeça-se.

R E Q U E R I M E N T O S.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer, ouvido o plenário, o envio de ofícios ao Governador do Estado do Paraná e ao Secretário de Estado de Educação e Cultura, apelando no sentido de que sejam ultimadas providências para a instalação de Inspetoria de Ensino a ser sediada na cidade de Nova Londrina.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO.

JUSTIFICATIVA:

Nova Londrina tem respondido com trabalho e progresso aos chamamentos dos governos federal e estadual.

Firma-se hoje como sólida fonte de produção contribuinte assim para com o processo de enriquecimento sócio-econômico deste Paraná.

Os heróicos novalondrinenses, da cidade e do campo, deram-se as mãos e empenhados estão no afã da edificação de uma GRANDE NOVA LONDRINA.

É mister, entretanto, que o governo paranaense, participe com sua presença do desenvolvimento daquele município do Noroeste já dotado de infraestrutura necessária ao seu crescimento racional e célere.

Nessa oportunidade, fazemos nossas as vozes das autoridades constituídas e legítimas de Nova Londrina, dos Srs. pais dos estudantes de Nova Londrina, e deles próprios e de toda a gente

daquela comunidade que pleiteiam justificadamente a criação de inspetoria de Ensino a ali ser sediada para um melhor atendimento no setor com jurisdição sobre os vizinhos municípios de Marilena, Diamante do Norte e Itaúna do Sul. É este o apelo, Sr. Presidente, que encarecemos seja dirigido ao governador Jayme Canet Junior e ao professor Borsari Netto, este responsável pela pasta competente, a Secretaria de Educação e Cultura.

Requerimento.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer encaminhamento, por intermédio desta mesa, de expediente à S. Exa. o Governador do Estado, no sentido de se conseguir da SANEPAR, em caráter de urgência, as seguintes providências relativas ao prosseguimento dos serviços de água e esgoto na cidade de Toledo:

- Estudo de nova distribuição de água, tendo-se em vista o aumento populacional (explosão demográfica) procurando beneficiar os bairros da Vila Industrial, Jardim Porto Alegre, Jardim La Salle, Vila Operária e Vila Pioneira, iniciando-se assim e imediatamente a segunda etapa de serviços de água a que se propôs essa Empresa Pública.
- Considerando que a bacia do arroio Toledo, com o correr de poucos anos e aumento de algumas redes nos bairros, se tornará insuficiente para o atendimento da população, realizar estudo das condições e da capacidade da bacia de captação do rio São Francisco, inclusive a possibilidade de localizações de reservatórios elevados nas proximidades da torre repetidora do Canal 11, TV Tibagi e da unidade Frigobrás.
- Por em imediata execução a rede de coleta de esgotos, de acordo com o contrato assinado com a CONCISA, em princípios do corrente ano, e até agora com os serviços não iniciados.

Sala das Sessões, 04 de dezembro de 1975.

a) ERNESTO DAL'OGLIO.

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei número 183/75,

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Artigo Primeiro - É declarado de utilidade pública o DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES, da Fundação Universidade Estadual de Londrina.

Artigo segundo - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 4 de dezembro de 1975.

a) OSVALDO MACEDO.

JUSTIFICAÇÃO:

O Diretório Central dos Estudantes, da Fundação Estadual de Londrina, presta relevantes serviços à comunidade estudantil daquela cidade.

É uma entidade que não visa lucro, não distribui dividendos ou qualquer espécie de vantagens financeiras aos seus associados ou diretores.

Nestas condições preenche plenamente todos os requisitos necessários à sua declaração de utilidade pública. Daí o Projeto de Lei que oferecemos à elevada consideração de nossos nobres Pares.

O SR. PRESIDETNE - Com a palavra, o Sr. Deputado Trajano Bastos, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente
O SR. TRAJANO BASTOS - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna na tarde de hoje, com imensa satisfação e alegria, para registrar o transcurso do 156º aniversário da fundação da cidade de Guarapuava.

(Lendo): Por alvará Régio de 11 de Novembro de 1.819 foi criada a Freguesia de Guarapuava, sob a invocação de Nossa

Senhora de Belém. Sua instalação oficial se deu a 9 de dezembro de 1819, e como todos os atos formais foi assinada pelo Tenente Antonio da Rocha Loures e Padre Francisco das Chagas Lima que foi o primeiro padre de Guarapuava.

A defesa da povoação era dirigida por Antonio de Sá Camargo, mais tarde, Visconde de Guarapuava, a primeira escola que funcionou na localidade era dirigida pela professora Bittencourt.

Pela Lei n.12, de 17 de julho de 1825, sob a proteção de Nossa Senhora de Belém, foi elevada à categoria de Vila. Na mesma data foi nomeado o Primeiro Juiz de Paz. Em 3 de maio de 1859, foi criada a comarca de Guarapuava, sendo seu primeiro Juiz de Direito o Dr. José Antônio de Araujo Vasconcelos.

Em 1892 foram criados os primeiros distritos da cidade. O primeiro Prefeito Municipal guarapuavano foi o Sr. Pedro Lustosa de Oliveira, Onde o campo alimentava o gado, vemos grandes silos graneleiros, abarrotados com a produção de nossas terras férteis. Templos e Igrejas se erguem imponentes na cidade, que se estendia pela planície, agora cresce verticalmente; o homem que empregava a pá, foice e machado, hoje faz uso do trator, da colhedeira, da serra mecânica.

Reina otimismo nos campos e nas indústrias, o comércio se aprimora para acompanhar o desenvolvimeto, a administração se reestrutura para impulsionar o progresso.

Guarapuava de seus 156 anos impulsiona o desenvolvimento e não se desumaniza; rende homenagens aos seus fundadores, rememora seus benfeitores, cultiva costumes e tradições e tem no futuro a sua meta.

Modernos e bem equipados hospitais, profissionais liberais dos mais capacitados, professores e trabalhadores de todas as partes, pensando apenas no desenvolvimento da terra em que vivem. Progresso em todas as atividades, conforto para nossa gente, novas faculdades como Educação Física, Ciências Contábeis e Administração de Empresa. Construção de novas e modernas moradias em todos os pontos da cidade. Obras de infra-estrutura como água e esgoto sanitário, um dos maiores empreendimentos da Guarapuava de hoje, habitacionais e prédios de condomínio em pleno centro. Este é o retrato de uma cidade, esta é a imagem de Guarapuava de hoje, que graças ao esforço de todos e de cada um não pára de crescer, fazendo que para cá se voltem as atenções de grandes grupos de irmanados aos empresários locais desonvolvam a nossa comunidade.

Ao fazer este breve registro no dia de hoje, na semana em que a cidade comemora mais um século e meio de História, de Cultura e de tradição e de desenvolvimento, o faço com o coração cheio de júbilo e com a alegria característica do filho de uma terra que deu ao Brasil e ao Paraná nomes dos mais ilustres que honram, que honraram e que dignificaram a História do Brasil e a História do Paraná.

Nesta oportunidade, Sr. Presidente, encaminho à Mesa um requerimento que tem o seguinte tero: (Lê:

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições requer, após ouvido o plenário, seja enviado ofício congratulando-se com o povo de Guarapuava, através da Prefeitura municipal e Câmara de Vereadores, pela passagem dos 156º aniversário da fundação da histórica cidade.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1975.

Era isto Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, segundo orador inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Efetivamente o assunto que tratarei da tribuna não é competência desta Assembléia porquanto ele é pertinente à municipalidade de Curitiba e mais propriamente à Câmara

Municipal de Curitiba, Mas acredito de que o apelo que se pretende fazer é de submeter à apreciação da Casa, é válida. Refiro-me, Sr. Presidente ao problema de estacionamento de veículos motorizados, localizados em Curitiba que, verdadeiramente, proliferaram na cidade, principalmente em terrenos baldios, sem a devida cobertura, sem abrigos para proteção dos veículos da inclemência do tempo, do sol e da chuva. Hoje o negócio da China em Curitiba é de estacionamento de veículos e os preços cobrados são verdadeiramente exorbitantes. Em contra partida estes estacionamentos não oferecem proteção alguma, nem seguro contra eventuais acidentes e riscos, não se responsabilizam pela entrega de comprovantes fiscais para que possa ser contabilizada esta despesa com o estacionamento, não se responsabilizam pela entrega de objetos deixados no interior dos veículos, de modo que a locação do estacionamento é um contrato de locação e um contrato unilateral em que as obrigações são apenas do proprietário do veículo em efetuar o pagamento, porquanto o estacionamento nenhuma reponsabilidade tem. Preocupe-me em raçar, um paralelo entre a locação de um apartameto residencial e um box de estacionamento para ver a distorção de um verdadeiro assalto à bolsa popular, que é um estacionamento de veículos.

Um box para estacionamento de veículo não ocupará uma área superior a 15 m2. 3x3 e considerando como termo de comparação, um apartamento central de 150 metros quadrados, cujo aluguel mensal não ultrapassa acima de 3.500 cruzeiros aqui em Curitiba. Vejam os senhores, o estacinamento dentro do box de 15 metros quadrados, a cobrança na hora, o preço médio que é cobrado em Curitiba, 5 cruzeiros à hora, pelas 12 horas do dia, este estacionamento fatura em média 60 cruzeiros. Ou até mais porque cobram a fração da hora como se fosse a hora inteira.

Evdentemetne, a receita mensal deste box ultrapassa aos dois mil cruzeiros, Considerando ainda que no período noturno o veículo deve pagar para ficar protegido num desses estacionamentos, cifra não inferior a 300 cruzeiros, Dando assim, uma receita mensal este box de mais de 2.500 cruzeiros.

Mas considerando que a área, é de apenas 15 metros quadrados e o apartamento é de 150 metros quadrados, nós poderemos fazer a comparação, de que um apartamento, equivale a 10 box de veículos. Um apartamento dá um aluguel neste sentido anual de 30 mil cruzeiros e os dez box de veículos dão o mesmo aluguel.

Então, chegamos a conclusão de que um apartamento, em aue se empresta um capital, se constrói, se pagam taxas, que se têm como manutenção custosa e cara, fatura dez vezes menos que um box de veículos.

Parece-me, que um apelo à municipalidade para que se faça exercer uma vigilância e disciplina, uma fiscalização neste setor de atividade, trazia um benefício enorme à população curitibana, principalmente no sentido de que estes estacionamentos tivessem uma maior proteção aos veículos e uma disciplina mais efetiva.

Estamos encaminhando um apelo ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, vasado num requerimento de que submeto à apreciação dos Senhores, nos seguintes termos: (Lê:

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições requer, após ouvido o plenário, seja encaminhado ao Prefeito Municipal de Curitiba, expediente em que se conclame aquela autoridade a acionar o órgão fiscalizador da municipalidade para disciplinar os estacionamentos de veículos, exigindo abrigo para os veículos estacionados, seguro para eventuais acidentes, comprovantes fiscais de pagamento, além de fixação de preços compatíveis com a bolsa do povo, através de tabela de preços a ser exposto em lugar visível aos usuários.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1975.

Era só — (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Cocedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Estamos chegando ao fim do primeiro ano de dever cumprido neste legislativo.

Graças a Deus, o barco legislativo, na sua primeira etapa, foi muito bem capiraneado pelas duas bancadas.

Se houve prenúncios de tempestades, em algumas oportunidades, estão não chegaram a concluir com objetivos funestos.

Nesta oportunidade, gostaríamos de levar aos nossos Psres o pedido de que nos perdoassem pelos erros que cometemos na caminhada desde primeiro ano legislativo.

Da mesma forma, desejo dizer a todos os Srs. Deputados, das duas bancadas do meu partido, o MDB, e da ARENA, que, aqui, neste primeiro ano de atividades legislativas, aprendemos acima de tudo a sentir que há harmonia de pensamentos e de sentimentos de todos os representantes do povo do Paraná, o que faz manter o sistema de unidade dos mais objetivos.

Aqui veio configurar o meu pensamento de que o sentimento do homem público se manifesta desde as campanhas políticas até o exercício do mandato.

Aqui aprendemos como se estivéssemos nos braços dos bancos escolares, em busca de uma atividade profissionalizante. Aqui aprendemos que o respeito e a vontade de trabalhar foi a tônica de todos os Srs. Deputados.

Esperamos que, a cada ano que passe, esta amizade cresça entre os membros deste Legislativo, E que os desentendimentos que porventura ocorram, ou venham a ocorrer algumas vezes, seja como o vento que passa e ameniza o ressentimento de todos aqueles que, às vezes, não tem condições de fazer arrefecer os ânimos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixo aqui o meu abraço e o respeito a todos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se Deus quiser, a partir de primeiro de março, estaremos novamente, nesta Assembléia, buscando a resolução dos problemas do nosso povo, porque esse é a nossa missão, a missão dos Representantes da gente paranaense.

Peço desculpas por ter, algumas vezes, me excedido, nesta por ter algumas vezes ofendido alguns dos Srs. Deputados, sem querer assim proceder, mas isso se deu em virtude de nosso entusiasmo. Mas, preferimos continuar sempre entusiasmados, lutando pelos direitos da gente do Paraná.

Muito obrigado, meus caros companheiros, e haveremos de estar juntos sempre, sempre, nesta caminhada, O Paraná precisa desta geração, porque ela, acima de tudo, prepara as gerações futuras do Brasil.

Era só Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).—
—(Assume a Presidência o Sr. Deputado Mauricio Fruet).—

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli, quarto orador inscrito.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Cabe à Arena função eminentemente política de alcançar, pelo diálogo permanente com o povo, a mais ampla participação comunitária no processo de decisões governamentais. O Governo entende se essa a missão relevante do partido, essencial ao desenvolvimento de democracia brasileira.

Esta afirmação foi feita e não menos não mais do que pelo Presidente da República ao abrir o simpósio sobre a urbanização recentemente realizado em Brasília.

Entendemos que se trata de uma convocação de todos para a vida pública e demonstra que o governo tem interesse em ouvir sugestões e valoriza a presença do povo em sua administração.

A RECENTE manifestação do Presidente Geisel é desdobramento dos pronunciamentos anteriores quando convocou

os jovens a ingressarem nas agremiações políticas e para que, desta forma, se preparassem para a atividade pública.

Ao ensejo desta proclamação e convocação da comunidade, feito pelo Supremo mandatário da Nação, desejaria frisar um trabalho que a Arena está procurando realizar. Segundo nosso entendimento a iniciativa do Diretório Metropolitano de Curitiba ao levar para a comunidade, para os bairros, cursos de formação política é das mais louváveis. Realmente o exercício do voto, a participação da atividade pública, não é apenas um direito que se exercita nos pleitos eleitorais, Urgente é formar uma consciência em todas as camadas sociais, especialmente entre os jovens.

A importância da formação da base encetada pela equipe municipal, reveste-se de singular importância numa época em que se descreda política e dos políticos. Conscientizar a comunidade de que a política é nobre, desde que entendida em termos de prestação de serviços é dever dos dirigentes dos partidos. Não entendo a iniciativa como uma forma de aliciamento, pois os cursos são debates teóricos e pragmáticos a respeito da atividade pública. Debate-se a filosofia dos partidos, confronta-se formas de governo, leva-se novas idéias e busca-se alargar os horizontes especialmente dos jovens.

Creio que a convocação do Presidente da República encontra eco perfeito no trabalho dos arenistas da Capital. Faço este registro dos cursos de política, porque vejo a necessidade de que todas as comunidades, mesmo do interior, deveriam merecer a mesma atenção. Essa informação e formação política, é verdade sem a profundidade de um curso completo e formal das escolas políticas, mas representa um enorme passo para o aperfeiçoamento da democracia.

É sistemática a crítica de que o eleitor brasileiro não tem a plena consciência de que seja o exercício do voto, menos ainda da participação do Poder. As nossas escolas não possuem condições de apresentar uma formação adequada, embora exista grande esforço através da Moral e Cívica, introduzida embora oportuna. Mas, nem sempre os professores estão em condições de adentrar mais profundamente nos temas práticos do Poder e da Administração.

Elementos especializados, em condições de oferecer um diálogo simples, claro, e debater com os participantes os aspectos que diretamente interessam é uma excelente preparação e quiçá oportunidade para despertar vocações políticas entre aqueles que se mostram avessos.

Essa conscientização política, adotada pelo Diretório Metropolitano de Curitiba, merece os nossos aplausos, porquanto significa um esforço não meramente partidário, mas um desejo de aprimorar a vida partidária, cujos laços entre nós estão pouco consistentes.

Ao fazer o registro que a convocação do Presidente da República nos propiciou, não quis omitir-me em apresentar os melhores elogios ao Diretório de Curitiba, estimulado pelo Presidente do Regional que igualmente mostra-se satisfeito com os primeiros resultados obtidos na conscientização política da comunidade curitibana e tem despertado é um esforço do partido para o aperfeiçoamento das nossas instituições e preservação da democracia, regime que supõe a participação do povo no Poder. Muito obrigado. (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. WALDENICIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Minha presença nesta tarde prende-se apenas a reiteração de um pedido aprovado por esta Casa, e lamentavelmente mal interpretado pelo Secretário de Segurança do Estado. (Lê):

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja encaminhado a S. Exa. o Senhor Governador do Estado, solicitando para que, através da Secretaria de Segurança Pública, seja designado um Delegado especial para presidir o inquérito que deverá ser instaurado para apurar responsabilidade criminal (Artigo 351, parágrafo quarto, do Código Penal), - do Sargento Eloir Santi e do Soldado José Francisco de Souza, ambos da PME., no episódio da fuga do indiciado Luiz Costa Ferreira, vulgo Luizão - na prática do crime de tentativa de homicídio contra Wilson Sassaki, ocorrido na cidade de Santo Antônio do Caiuá.

No dia 9 de setembro próximo passado, o signatário do presente requerei e obtive a aprovação para o seu requerimento no sentido de que S. Exa. o Sr. Governador do Estado, através de seu Secretário de Segurança Pública, General Alcindo Pereira Guimarães, designasse um Delegado Especial para presidir o Inquérito policial que seria, naturalmente, instaurado naquela cidade.

As razões do pedido tiveram como fundamento principal a apuração do fato delitoso por uma autoridade alheia ao meio ambiente, e, naturalmente, a camaradagem existente entre membros da mesma corporação residentes e sediados na Sub-Divisão policial de Paranavaí. Entretanto, lamentavelmente, o Secretário de Segurança Pública, assim não entendeu. Tanto é verdade que o documento junto ao presente dá conta apenas do inquérito instaurado contra o autor da tentativa de homicídio contra Wilson Sassaki.

Não obstante a condição de bacharel em direito, que por si só pressupõe, conhecimentos elementares para o exercício da função que exerce, o Delegado Presidente do Inquérito, Bel. João Silveira, no final do seu relatório, invade seara alheia, para fazer a defesa do sargento Eloir Santi - Delegado de Polícia de Santo Antonio do Caiuá, afirmando que a fuga proporcionada ao indiciado :Luiz Costa Ferreira - vulgo Luizão, deve-se a conta de falta de conhecimento de dispositivos contidos no C.P.C. e nunca com predisposição de burlar a lei contudo reconhece o Bel. Signatário do relatório quem ou que o certo seria autuá-lo em flagrante delito.

Os crimes praticados são de ordem pública, tanto o que apontou o soldado Luiz Costa Ferreira, vulgo Luizão, como autor da tentativa, como o praticado pelo Sargento Eloir Santi, e o soldado José Francisco de Souza, que promoveram ou facilitaram a fuga da pessoa legalmente presa nos termos do Art. 351 - do Código Penal.

Na presente hipótese, o § 3º, do Art. supra citado, agrava a pena se o crime é praticado por pessoa sob cuja custódia ou guarda está o preso ou o internado.

Diante das considerações acima, por tratar-se de crime onde a principal ofendida é a coletividade, deve ser instaurado o competente inquérito para apurar a responsabilidade dos que tem sob os seus ombros a sublime e difícil missão de zelar pela tranquilidade da Sociedade.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1975.

a) WALDENICIO BARBALHO.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio, sexto orador inscrito.

O SR. GABRIEL SAMPAIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nossa presença nesta tribuna prende-se ao fato de, em data de ontem, dia 3 de dezembro, ter dado entrada nesta Casa, a Mensagem Governamental que envia o Estatuto do Magistério do Paraná, par o ensino de primeiro e segundo grau, de acordo com a Lei 5692.

Devemos, por uma questão de consciência, dar os nossos cumprimentos ao Sr. Governador e ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, Professor Borsari Netto, por uma promessa cumprida que alguns duvidavam que ela fosse cumprida.

Nós entendemos que com este ato o Governador do Estado credenciou-se perante os professores do Paraná, com um voto de confiança de toda a classe, uma vez que este estatuto, este novo estatuto era ansiado e esperado pelos professores do Paraná, há muito tempo.

Nós conhecemos o estatuto que chegou nesta Casa - não conhecemos os níveis salariais que correspondem aos novos níveis mas, pensamos e esperamos que estes novos níveis salariais estejam de acordo e sejam uma retribuição digna aos professores, que preparam as gerações do futuro deste Estado e deste País.

No mais, o estatuto tem grande parte daquele projeto que nós apresentamos nesta Casa, no início do fim do segundo semestre deste ano que era, e repito mais uma vez, um trabalho feito pela equipe da Secretaria da Educação, em 1973.

Portanto, ao cumprimentar o Governo do Estado e ao manifestar aqui a euforia que os professores do Paraná, sentiram ao saberem hoje através da imprensa do Paraná, da chegada nesta Casa desta mensagem, por uma questão de consciência eu apresento nesta tarde o seguinte requerimento, deixando pedindo e requerendo o arquivamento do Projeto por mim apresentado, uma vez que entendo que ele cumpriu a sua finalidade, pois ontem chegou aqui a mensagem (Le):

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, e tendo em vista a remessa a esta Casa da Mensagem Governamental numero 148/75 de 03-12-75, encaminhando o Ante-projeto do Estatuto do Magistério Público do Estado do Paraná, para o ensino do 1º e 2º graus, em sintonia com a Lei Federal nº 5692 de 11.8.71, o arquivamento do Projeto de Lei nº 63/75m de sua autoria, que versa sobre idêntica matéria.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1975.

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao sétimo orador inscrito, Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Jornais de hoje estampam coisas e frases que há muito tempo não se ouvia neste Estado. S. Exa. o Sr. Governador do Estado, nas entrevistas de ontem, dizia: "Por mim quem rouba os impostos do Estado é ladrão e lugar de ladrão é na cadeia". E diz mais - acho que homem público que se prese não pode fazer qualquer restrição à fiscalização.

Fico satisfeito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com esta assertiva porque eu sou um dos homens de Oposição que têm feito esforços até sobrenaturais para depositar em S. Exa. o Sr. Governador do Estado um voto de confiança. Já tenho dado demonstração nesta Casa e porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governador do Paraná, segundo a sua assertiva, está disposto a seguir os princípios da tão propagada Revolução, no combate à corrupção deste Estado e deste País.

E eu entro nesta tarde, com o seguinte requerimento. (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja encaminhado expedientes ao Exmo. Sr. Governador do Estado, no sentido de verificar abusos existentes e extorsivos, existentes no Instituto de Identificação do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1975".

Sr. Presidente, já se falou aqui sobre estes monstros que deram o nome de psicotécnico, já se falou ontem, dos roubos do tal psicotécnico, das comissões do psicotécnico, já se falou das carteiras de motoristas e eu venho,

Sr. Presidente, dirigir ao Sr. Governador um veemente apelo contra o roubo de carteira de identificação.

Sr. Presidente, tomo a liberdade hoje, de, quase que camuflado, e se não me camuflei mais é porque não sou conhecido na Capital e visitei dois postos de identificação. Um deles, Sr. Presidente, o Fato Baron, que diz que é a solução, e pedi informes para obter uma carteira de identidade original, informesspara obter carteira de identidade, segunda via, informes para obter a retificação de mais uma carteira de identidade e me disseram as funcionárias deste Posto, havido como Foto _ de que a carteira de identidade original me custaria sessenta cruzeiros, a segunda via, 90 cruzeiros e a retificação de uma outra carteira, 150 cruzeiros e me adiantava, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a funcipnária, de que dos 60 cruzeiros elas iriam recolher por mim 24 cruzeiros no Banco, é o preço que o Estado cobra. Doss90 cruzeiros iriam recolher por mim ao Banco, 49 cruzeiros que é o preço que o Estado cobra. Dos 150 cruzeiros, elas iriam recolher ao Banco por mim, a importância de 98 cruzeiros.

Sr. Presidente, alguém pode até estranhar porque este Deputado não faz um apelo ou requerimento diretamente a S. Exa. o Sr. Secretário desSegurança Pública do Estado. Faço ao Sr. Governador, porque estou querendo acreditar em S Exa.

Não faço ao Sr. Secretário, porque o Foto Baron, que diz ser a solução, fica ao lado da Secretaria de Justiça e em frente a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná. E o Foto Rápido, fica ao lado da Diretoria da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, é um verdadeiro assalto aos bolsos do povo e eu apelo para que os homens da ARENA, para os governantes deste Estado que se intitula Revolucionário, que dizem que a Revolução aí está para combater a corrupção.

Apelo ao Governador do Estado, que disse que lugar de ladrão é na cadeia, para que tome as providências urgentes para coibir estes abusos.

Disseram as funcionárias que a feitura da carteira de identidade — a minha já tenho — variará de 15 a 90 dias, quando o Chefe do Instituto de Identificação disse há poucos dias, baixando até portaria, de que sob pena da lei, o paranaense deverá substituir sua carteira ou tirá-la, no prazo de um mês. Os entrepostos dizem que o prazo é de 90 dias. E cobrando este absurdo que o Estado está cobrando, de 24, 49 e 98 cruzeiros, quando no vizinho Estado de Santa Catarina cobra-se apenas 11 cruzeiros poe uma carteira de identificação.

Há poucos dias se entendeu de modificar o sistema de identificação em nosso Estado, e para isto, uma Comissão viajou até o Estado de São Paulo. O Sindicato dos Fotógrafos de Curitiba reuniu-se dizendo que, segundo levantamento que fizeram, mais de 70 por cento dos estúdios do País terão que cerrar suasspirtas ou levarão mais de 70 mil famílias à miséria. São 70 mil famílias de fotógrafos, ganhando horrores de dinheiro e o resto do Brasil dando dinheiro aos ladrões.

Fica nosso apelo e o nosso requerimento a S. Exa. o Governador do Estadí, que disse que lugar de ladrão é na cadeia, para que tome providências urgentes e enérgicas para que o povo não seja roubado e que, tomando estas providências, dê ao nosso povo este presente de Natal, de um ano de 76 sem ladrões nas Secretarias e Institutos. — (Sem revisão do orador).

O SR' PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, oitavo orador inscrito.

O SR' FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de entrar no mérito de que me propus, vir a esta tribuna, quero fazersum convite em nome do meu município de Cascavel, da Comarca de Cascavel, abrangendo os municípios de Catanduvas, e se aprovada a Lei de Divisão e Organização Judiciária, também, de Capitão Leônidas Marques, de que no dia 14 do corrente será feita a inauguração do 1º Forum de Cascavel, apesar de ser o 5º município do Estado do Paraná, e apesar de já ter sido reivindicada esta obra há vários e muitos anos, agora o Poder Judiciário, galhardamente, podemos dizer, venceu esta etapa e promove agora a sua inauguração em concurso com o município de Cascavel. Depois da queima do forum, depois de ficar aproximadamente sete anos na Câmara Municipal, quase sofrendo despejo, o forum de Cascavel tem a suasedificação própria.

(Lendo): "Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Está tramitando nesta Casa o Projeto de Lei nº 143/75, que trata da criação de cargos, comarcas e abrange outros pontos do Código de Organização e Divisão Judiciária que deverá entrar em vigor no primeiro dia do ano que se aproxima.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça houve por bem aceitar emendas dos nobres Deputados, conforme publicação que vem sendo feita em boletim que acompanha a Ordem do Dia.

Há poucas semanas, quando tramitava nesta Assembléia- projeto de lei com objetivo de conceder vantagens ao funcionário público que entrasse em gozo de férias, este parlamentar, embora entendesse que a matéria era de interesse do Estado, manifestou-se pela incompetência do início do processo legilastivo aqui procedido, pedindo que o Governo, através da Secretaria de Recursos Humanos, tomasse a iniciativa na forma constitucional, enviando mensagem para que aqui fosse apreciada.

Este fato, Srs. Deputados, não impediu que o Secretário de Recursos Humanos aqui comparecesse, trocasse idéias e acatasse diversas sugestões que lhe foram apresentadas, colhendo subsídios para se compor a mensagem que o Sr. Governador por fim submeteu à apreciação parlamentar, quando então foram apresentados alguns pequenos reparos, resultando na lei que veio beneficiar todos os servidores públicos do Estado e que a imprensa anunciou hoje ter merecido a sanção governamental.

O próprio Projeto 143/75, ao ter inida do a sua tramitação foi requisitado pelo Sr. Governador que suprimiu-lhe um artigo, modificando outros, buscando assim o ajustamento de alguns institutos ao pensamento oficial. Este fato veio documentar, aliás, veio demonstrar que apesar de todos os cuidados que foram dispensados para a elaboração do novo Código da Organização e Divisão Judiciárias, o bom sendo pode ensejar a modificação de algumas normas, como aconteceu igualmente, em relação ao Projeto 147/75, que dizia respeito à concessão de extraordinários nas férias, ainda que haja interpretação de que se trata de eventual questão fechada.

Aliás, na elaboração das leis, deve-se ter em consideração as suas causas e seus efeitos, o que coloca o legislador sempre em disponibilidade de melhor ajustar as exigências de tempo e espaço o cânone que se pretenda levar à aprovação, para que a sociedade possa colher mais amplamente os resultados desejados.

Inobstantemente, havemos de meditar sobre um importante detalhe na elaboração das leis, qual seja a

competência de suas iniciativas e respectivas emendas, já que o sistema constitucional vigente cerceia e subtrai desta Augusta Casa a faculdade de colaborar, apresentando substitutivo geral ao referido projeto de lei.

A Constituição Federal, em seu artigo 144, § 5º, é taxativa:

“§ 5º — Cabe aos Tribunais de Justiça dispor, em Resolução pela maioria absoluta de seus membros, sobre a Divisão e Organização Judiciárias, cuja alteração somente poderá ser feita em cinco em cinco anos”.

Este dispositivo constitucional, foi regulamentado pela Lei Federal nº 5, 621, de 04 de novembro de 1970, a qual estabelece:

“Art. 1º — Caberá aos Tribunais de Justiça dos Estados dispor, em resolução aprovada pela maioria absoluta de seus membros, sobre a divisão e organização judiciária”.

“Art. 2º — As alterações na divisão e organização judiciárias dos Estados somente poderão ser feitas de cinco em cinco anos, contados da vigência da primeira modificação posterior a esta Lei.

Art. 3º — As alterações a que se alude o artigo antecedente entrarão em vigor a 1º de janeiro do ano inicial de cada quinquênio.

e § 1º — A alteração imediata subsequente a esta Lei vigorará a partir de 1º de janeiro do ano seguinte ao da sua promulgação.

Art. 4º — Ressalvado o disposto na Constituição, deverão ser enviados ao Governador do Estado, para a iniciativa do processo legislativo, as resoluções dos Tribunais de Justiça que implicarem em:

- I — criação de cargos, funções ou empregos públicos;
- II — aumento de vencimentos ou de despesa pública;
- III — disciplina do regime jurídico dos servidores;
- IV — forma e condições de provimento dos cargos;
- V — condições para aquisição de estabilidade.

Art. 5º — A Divisão Judiciária compreende a criação e a alteração e a extinção das seções, circunscrições, comarcas, termos e distritos judiciários, bem como a sua classificação.

Art. 6º — Respeitada a legislação federal, a organização judiciária compreende:

- I — Constituição, estrutura, atribuições e competência dos Tribunais, bem como de seus órgãos de direção e fiscalização.
- II — organização e disciplina da carreira de Magistrados;
- III — constituição, classificação, atribuições e competência dos Juizes e Varas;
- IV — organização, classificação, disciplina e atribuições dos serviços auxiliares da Justiça, inclusive Tabelionatos e Offícios de registros públicos.”

A Constituição do Estado do Paraná, por sua vez, em seu artigo 91, não só repete o texto do mencionado artigo 144, como acrescenta um parágrafo único, apresentando a seguinte redação:

“Art. 91 — Cabe ao Tribunal de Justiça dispor, em resolução, pela maioria absoluta de seus membros, sobre a divisão e a organização judiciária, cuja alteração somente poderá ser feita de cinco em cinco anos.

Parágrafo único — Ressalvado o disposto no artigo 98, II e III, deverão ser enviados ao Governador, para a iniciativa do processo legislativo, as resoluções do Tribunal que implicarem em:

- a) criação de cargos, funções ou empregos públicos;

- b) aumento de vencimentos ou da despesa pública;
- c) disciplina do regime jurídico dos servidores;
- d) forma e condições de provimento de cargos;
- e) condições para aquisição de estabilidade”.

Da mesma maneira, o artigo 98 da Constituição Estadual, dá competência privativa ao Tribunal de Justiça para propor a criação de cargos e a alteração do número de seus membros.

Entendo como válido e irremovível do nosso sistema legal esse primado de respeito ao Judiciário, quando o assunto é de economia interna e esboça a sua independência na trilogia do regime.

Dessa maneira, embora entendendo que o Projeto nº 143/75 trata de disciplinar uma Lei Ordinária, a qual tem por objetivo, de forma indireta, referendar pequena e específica parcela do Código de Organização e Divisão Judiciárias, já aprovado por aquele Poder, esse plano de lei torna-se passível de emendas neste legislativo, embora não possam estas dispor sobre a criação de cargos ou modificar aquele Código, pois é inegável e já se disse, que é da exclusiva competência do Judiciário tomar tal iniciativa, através do egrégio Tribunal Pleno.”

Tal fato, entretanto, não impede que, prevalecendo o bom senso, a douta Comissão de Constituição e Justiça acolha as emendas apresentadas, na forma de sugestão e as apresente também cordialmente como sugestão ao Poder Judiciário, para que se decida sobre o aproveitamento daquelas que o consenso entender conveniente ao interesse da Justiça e do próprio Estado.

A exiguidade do tempo que dispomos não será impecilho, se houver diálogo, como certamente haverá, a exemplo do que ocorreu com o retorno desta mensagem ao Palácio Iguaçu, onde sofreu ligeiras modificações. O diálogo sempre foi a luz, a clareira e o ponto de apoio para engrandecer as instituições e valorizar o homem, permitindo assim o equilíbrio social. Saí julgamos oportuno que o Estado do Paraná valorize a sua existência a sua importância, através dos seus dirigentes detentores dos três poderes, buscando no diálogo aqui proposto sua razão maior que é a procura da norma ideal.

Fundamental é que se respeite e preserve o Judiciário como instrumento de justiça, que merece a colaboração dos legisladores numa hora tão difícil e incompreendida.

Composto que é de homens eméritos e de largo espírito público, nunca afastaram a possibilidade de diálogo para o aperfeiçoamento das instituições e não cremos que isso ocorreria agora, quando se quer dar ao povo paranaense um exemplo de grandeza e de sabedoria.

Cremos que as emendas sugeridas visariam apenas suprir aquilo que a douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e o egrégio Tribunal Pleno foram impedidos de constatar nas diversas regiões do Estado, as quais são seguidamente visitadas pelos parlamentares, daí a razão de estarmos em condições de colaborar com o Judiciário nessa matéria de relevante interesse público e que deverá ter vigência por cinco anos consecutivos.

Trabalhando ou labutando em busca de um objetivo comum, não devemos esquecer dois dos princípios básicos de nossa Carta Magna:

“Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido” e “São poderes do Estado, independentes e harmônicos, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”. E mais: “Salvo as exceções previstas nesta Constituição é vedado a qualquer dos poderes delegar atribuições; quem for investido na função de

um deles não poderá exercer a de outro”.

Este pronunciamento pretende ser coerente com a nossa posição tomada em relação à revogação do artigo 8º da Lei 6537, de 15 de maio de 1974, na parte que delegou poderes ao Executivo para fixar por decreto os vencimentos do funcionalismo, com a posição que assumimos diante da tramitação do Projeto de Lei 147/75, cuja iniciativa seria privativa do Poder Executivo e com o voto de confiança que propusemos e foi aprovado por unanimidade nesta Casa, ao trabalho criterioso que vinha sendo exercido pelo Tribunal de Justiça para a elaboração do novo Código de Organização e Divisão Judiciárias que poderá ainda, com a colaboração do Legislativo, sofrer os ajustes finais que se fizerem necessários, dentro daquilo que preceitua a Lei”.

Por esta razão, Sr. Presidente, entendo como válida e oportuna a possibilidade de um diálogo na Comissão de Constituição e Justiça com o egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, para que se compile um substitutivo que venha trazer o aperfeiçoamento das normas, para se chegar a norma ídela, conforme eu declinei”.

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente.

Antes de conceder a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, esta Presidência anuncia, com muita satisfação, a presença do Sr. Deputado Hélio Mazzorra, segundo suplente do Deputado Federal da ARENA, que se faz acompanhar do Sr. Valter Sucupira, do município de Umuarama.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente. — (Pausa). Não se encontrando presente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo, segundo orador inscrito.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “A minha cidade está comemorando seu aniversário. No próximo dia 1º o município de Londrina completa 41 anos de trabalho, arrojo, progresso e esperança.

Estou certo de que dessa comemoração não participam apenas os habitantes de Londrina, mas todo o Estado e todo o País, porque a minha cidade é a prova eloquente da capacidade de trabalho do homem paranaense, notadamente dos brasileiros de todos os pontos do País que acreditaram em nossa terra.

Como surgiu Londrina? Quando LORD LOVAT, hóspede da “Fazenda Água do Bugre”, em Cambará, vislumbrou a fertilidade da terra e a exuberância da vegetação. De imediato, desligou-se da empresa “Brazilian Plantations Syndicate” e se juntou à “Paraná Plantations”, que, posteriormente, já na fase brasileira, passou a chamar-se “Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná”.

Assessorado por homens de grande visão, como o escocês ARTHUR THOMAS, possuidor de grandes conhecimentos e experiência na cultura cafeeira em regiões tropicais, inclusive no Sudão, prosseguiu no empreendimento. “Mr. Thomas”, como ficou conhecido, anteviu as possibilidades agrícolas da região e radicou-se na nova terra.

De uma clareira na mata virgem, fundou-se o primeiro posto avançado da colonização do Norte do Paraná, clareira essa que anos depois, em razão do crescente progresso, recebeu nome de LONDRINA, sugestão do advogado paulista JOÃO SAMPAIO, em homenagem aos colonizadores ingleses.

A cidade, inicialmente projetada para abrigar uma população de 30 mil pessoas, excedeu a todas as expectativas, rompendo em dinamismo e progresso no meio da terra roxa. Atualmente, conta com mais de 300 mil habitantes. É também a terceira maior cidade do sul do país e o quinto polo

demográfico do Brasil, eis que se tornou o centro de uma região próxima com mais de 1,5 milhão de habitantes.

Ao lado de sua pujante agricultura, que a tornou símbolo em todo o mundo, implanta-se hoje uma promissora estrutura industrial, com mais de 500 estabelecimentos fabris. Ainda agora, com a criação do Distrito Industrial, tivemos nos últimos 3 anos, a implantação e a ampliação de 109 novas indústrias.

Mas não é apenas um município produtor de riquezas. Tornou-se Londrina também uma cidade universitária, com dois grandes centros de ensino superior.

O progresso de Londrina deve-se ao trabalho destemido do homem brasileiro, do trabalhador cujo nome a História não registra, mas que as gerações presentes e futuras reconhecem e agradecem. Mas deve-se também ao discernimento e ao espírito democrático desse mesmo trabalhador, que em todas as vezes que foi convocado terminou por escolher administradores honrados e capazes. Aliás, é tradição no município de escolher bem seus administradores.

Eis porque quero agora e aqui registrar, para o respeito e a reverência do Paraná, os nomes de Willie Davids, Hogo Cabral, Milton Ribeiro Menezes, Antonio Fernandes Sobrinho, Hosken de Novais, Dalton Paranaíba e José Richa, que foram os prefeitos livremente eleitos pelo povo do meu município e que, cada um a seu tempo e por sua vez, corresponderam aos anseios da população. Registro também, por fidelidade histórica, os nomes dos que exerceram o cargo por nomeação e o fizeram dignamente, como Joaquim Vicente de Castro, Ulisses Xavier da Silva, Major Pimpão, Ary Pizzato Ferreira, Munhoz de Mello e Rocardio Funaro, como também Odilon Borges, Miguel Blasi e Edwy Taques de Araújo.

Mas, nesta oportunidade em quevo cn

Mas, nesta oportunidade em que convidamos todo o Paraná a festejar conosco o aniversário de nossa cidade, não queremos proclamar apenas as suas qualidades, mas falar também das suas necessidades, que devem ser satisfeitas pela administração estadual e pela administração federal. Todos sabem que Londrina tem dado muito ao Paraná e ao Brasil em termos de trabalho e de recursos. Ali em Londrina, como em todo o Norte do Paraná, a iniciativa particular esteve sempre na frente da iniciativa pública. É hora de inverter essas posições.

A atual administração municipal, comandada pelo Prefeito José Richa, realiza excelente trabalho que o londrinense de todos os quadrantes reconhece e proclama. Graças à seriedade administrativa, à capacidade de planejamento e às condições financeiras, tem obtido recursos junto aos órgãos próprios para realização de obras fundamentais.

Temos, portanto, o direito de reivindicar junto aos órgãos estaduais e federais o que Londrina precisa. E respeitosamente solicitamos que essas reivindicações sejam prontamente iniciadas como uma homenagem ao seu aniversário que ora se comemora.

Assim é que esperamos que a SANEPAR determine imediato cumprimento ao convênio celebrado com o município para ampliação da rede de esgotos, cujo projeto foi contratado em dezembro de 1974, com prazo de 120 dias, mas só foi concluído em abril de 1975, sem que até agora se iniciasse a execução.

Da mesma forma, estamos esperando que a SANEPAR concentre todos os esforços para captação de água do Rio Tibagi, para atendimento definitivo das necessidades do Município, pois que até agora não se tem notícia concreta do

projeto nesse sentido contratado em 1973, com a firma de engenheiro Enaldo Cravo Peixoto. Essa providência é urgente, pois que sua execução demandará um mínimo de dois anos, quando se prevê um estrangulamento total do atual serviço de água para 1978.

Esperamos, também, da administração estadual, a rápida construção de um viaduto de acesso à Universidade Estadual de Londrina, através da Rodovia Celso Garcia Cid, para evitar a perda de vida de estudantes professores.

E apelamos também ao Governo do Estado para que, de forma objetiva, colabore com a industrialização não só do município de Londrina, mas de todo o Norte do Paraná. Para tanto, sugerimos a transferência da agência do Banco Regional do Desenvolvimento Econômico para Londrina, para atendimento mais expedito de toda a região, uma vez que o BADEP sediando-se em Curitiba pode dar a assistência que o Sul do Paraná merece.

Com isso, estar-se-á dando cumprimento ao projeto de criação do polo industrial do Norte do Paraná. E, para tanto, cumprirá uma simples alteração no Convênio que o Estado do Paraná mantém com os Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Mas também da administração federal, confiamos no reconhecimento dos nossos direitos. Eis porque, daqui desta tribuna, solicitamos por mais uma vez do Ministério da Educação e Cultura, que é dirigido por um paranaense, a imediata **FEDERALIZAÇÃO da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA** como também das Universidades de Maringá e Ponta Grossa, para que muitos dos nossos jovens não encontrem fechadas as portas do futuro.

Solicitamos também ao Ministério da Aeronáutica que determine desde logo a ampliação de pista, que permitirá a operação de aviões a jato, pois que o terreno necessário já foi doado pelo Município.

Queremos reclamar do Governo Federal a imediata duplicação da BR-369, a Rodovia Mello Peixoto, a começar de Londrina em direção a Conélio Procópio e em direção a Paranavaí, como se previu no II Plano Nacional de Desenvolvimento, mas que é a única obra ali definida que ainda não tem o seu projeto contratado. Além de estrangular o transporte do Norte do Paraná, a permanência de uma única e insegura pista na BR-369 oferece perigo constante à população de Londrina, por atravessar-lhe o perímetro urbano.

Finalmente, fazemos desta tribuna o grande apelo da cidade de Londrina ao Governo Federal, particularmente à Rede Ferroviária Federal. Apelo que já foi formalizado pelas duas últimas administrações municipais e que aguarda um estudo favorável e um atendimento urgente.

Trata-se da mudança da linha férrea, que corta a cidade de Londrina, dividindo-a em duas, quando a cidade quer ser uma só.

Essa obra não tem para a minha cidade apenas uma importância social e urbanística, mas também econômica. É que, ao lado do aproveitamento dos grandes investimentos já realizados com recursos próprios do Município, teremos a efetiva união geográfica da cidade e surgirão condições objetivas para o desafio do tráfego urbano, com a construção de uma Via Expressa no sentido Leste-Oeste por sobre o atual leito da ferrovia. Ao mesmo tempo, o pátio atual da Estação Ferroviária já não pode satisfazer as necessidades, sendo que essa deficiência se agravará com o início de operações da Dentrul do Paraná, que provocará uma crescente demanda de vagões até 1983, quando se prevê a operação diária de cerca de 500 vagões.

O município não tem condições de realizar essa obra que deve ser realizada. A Rede Ferroviária Federal, que já teria demonstrado disposição de responder por 50 por cento do investimento, deve assumi-lo totalmente. Londrina tem direito a isso.

Porque é o centro econômico e geográfico de uma das mais férteis e ricas regiões do Brasil, o que se faz em Londrina não se faz só para Londrina mas para todo o Norte do Paraná.

E Londrina, que muito tem dado, tem autoridade para pedir. Ela está cumprindo com sua obrigação. Cada londrinense está cumprindo com sua obrigação. E continuará cumprindo para corresponder ao dístico do seu brasão: "PROMPTE LABORE PROGREDIOR".

O SR. BASILIO ZANUSSO — V. Exa. permite um aparte?

(— Assentimento).

Prezado Deputado Osvaldo Macedo, ao falar das coisas grandiosas de sua cidade e a fertilidade das suas terras, da significação econômica que tem, a balança econômica e orçamentária, dos orçamentos do Estado, da União, quero juntar as minhas palavras às suas nas reivindicações feitas ao Governador do Estado e ao Governo da União, quando V. Exa. no seu discurso, ao iniciá-lo, refere-se à Cia. de Melhoramentos do Norte do Paraná, e, nesta oportunidade, avizinha-se mais um aniversário da grande Londrina. Permita-me, particularmente, que eu faça um registro como adendum ao seu discurso, da importância que teve e questem a Cia. Melhoramentos do Norte do Paraná, na colonização do Norte de nosso Estado. Ela é responsável pela implantação e construção de inúmeras cidades do Norte. Ela foi muito mais que isto, vendeu a preços justos, financiou as escrituras, implantou verdadeira reforma agrária no Paraná. As suas transações imobiliárias são corretíssimas, que se tem notícias. Há pouco tempo quando aqui na Assembléia Legislativa um Deputado falava sobre a Cia. Imobiliária, dizia-se que a Cia. Melhoramentos talvez seja uma das mais bem organizadas do mundo inteiro. Daí, razão pela qual nós fazemos este registro na oportunidade em que V. Exa. fala do aniversário de Londrina. E, quando V. Exa. diz que a iniciativa particular está à frente dos atendimentos da administração pública, quero crer que V. Exa. esteja se referindo aos Poderes Públicos do Estado, da Nação e do Município. Realmente isto acontece e V. Exa. disse o nome de pessoas ilustres, homens dinâmicos e capazes, que passaram pela Prefeitura Municipal de Londrina e a sua dedicação, e seu dinamismo não foram bastante para em paralelo acompanhar o desenvolvimento aplicado lá por iniciativa particular. E ao finalizar nossas palavras, quero cumprimentar V. Exa. pela oportunidade que faz uso da tribuna nesta Casa. Queremos dizer mais uma vez a V. Exa. unimos nossas palavras às suas na reivindicação que faz ao Governo do Estado, da União para a sua Londrina.

O SR. OSVALDO MACEDO — Agradeço a referência elogiosa e a sua adesão à nossa alegria pelo aniversário da nossa cidade. Sinto-me honrado com esta adesão, não só como representante de Londrina, mas como homem nascido no Norte do Paraná, cujo sentido de colonização tem causado a admiração e inveja em todo mundo.

Agradeço sua atenção, suas palavras e agradeço a atenção desta Assembléia com referência à passagem do aniversário de minha cidade.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito — (Ausente).

Também ausentes os Srs. Deputados Wilson Fortes e Ivo Thomazoni. O Sr. Fidelcino Tolentino declina.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, em plenário, dos Srs. Emílio Ruiz Gomes e Durvalino Lago, Prefeito e Vice-Prefeito de Florestópolis, respectivamente.

Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. IRÀ À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 25/75, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, objetivando a realização de exposição de produtos agropecuários no referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do projeto de Resolução nº 100/75, que aprova Convênio celebrado entre o Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de Congoinhas, com a finalidade de execução de reparos no prédio onde funciona a Casa Escolar Santa Maria do Rio Peixe, na sede daquele Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 101/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Congoinhas, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Posto de Saúde, da sede do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 102/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e da Secretaria do Interior com o município de Porecatu, objetivando construção na sede daquele município, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 103/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Cruzeiro do Oeste, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 104/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Wenceslau Brás, objetivando execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar Dr. Sebastião Paraná, da sede do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do projeto de Resolução nº 105/75, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e do Interior, e o Município de Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando ampliação de prédios para Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, da sede do referido Município.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Pela ordem) Sr. Presidente,

requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere a solicitação do Sr. Deputado. O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

Há número regimental de Srs. Deputados para votação.

Redação final do Projeto de Resolução nº 105/75. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 106/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Santa Izabel do Oeste, objetivando construção de prédio destinado a Unidade Sanitária da sede daquele Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 107/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Nova Esperança, objetivando execução de reparos em diversos prédios onde funcionam estabelecimentos de ensino na sede daquele Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 108/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Pr, através da Secretaria de Segurança Pública e Secretaria do Interior, com o município de Rio Bom, objetivando a construção na sede daquele município, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública. — APROVADO

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 109/75 que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná através da Secretaria do Interior, com o município de Quatiguá, objetivando a execução de melhorias nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Pedro Gonçalves Lopes e o Grupo Escolar Silvio Zanini, da sede do referido município. — APROVADO

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 110/75, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o município de Japira, objetivando melhorias nos prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 111/75, que aprova convênio celebrado pelo Poder Executivo através da Secretaria do Interior com o município de Corbélia, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Amâncio Moro. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 112/75, que aprova convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Engenheiro Beltrão, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam estabelecimentos de ensino na sede daquele município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 133/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de São Jorge do Ivaí, objetivando execução de reparos em prédio onde funciona estabelecimento de ensino na sede daquele município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 114/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná através da Secretaria do Interior, com o município de Quatiguá,

objetivando reparos nos prédios que especifica, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 115/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Jardim Alegre, objetivando execução de reparos em prédio estadual conforme especifica. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 116/75, que aprova convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Diamante do Norte, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme especifica. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 117/75, que aprova convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Paranavai, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme especifica. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 118/75, que aprova convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Joaquim Távora, objetivando execução de reparos em prédio estadual conforme especifica. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 119/75, que aprova convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Mallet, objetivando execução de reparos em prédio estadual conforme especifica. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 120/75, que aprova convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de São Jorge do Oeste, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme especifica. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 121/75, que aprova convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Jundiá do Sul, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme especifica. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 122/75, que aprova convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Lobato, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme especifica. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 123/75, que aprova convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Sengés, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme especifica. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 124/75, que aprova convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Santa Cecília do Pavão, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme especifica. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 125/75, que aprova convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Colorado, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme especifica. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 126/75, que aprova convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Salto do Itaré, objetivando execução de reparos em prédio estadual conforme especifica. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 67/72, que autoriza

o Poder Executivo transferir Inspeção Regional de Ensino do município de Santo Inácio, para o município de Colorado. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 53/75, que autoriza o Poder Executivo admitir, sob regime de CLT, servidores que, por excederem o limite de idade, não foram aproveitados na categoria de Pessoal Suplementar. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 128/75, autorizando para mediante escritura pública de doação, reverter ao patrimônio do município de Primeiro de Maio, a data de terreno que especifica. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 145/75, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Muçulmana do Paraná, com sede nesta Capital. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 150/75, que objetiva reformular parcialmente, a Lei Orgânica do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM (Lei nº 6.364, de 29 de dezembro de 1972). — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 154/75, que declara de utilidade pública a Aliança Cultural Brasil - Japão do Paraná, com sede na cidade de Londrina. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 158/75, que acresce do Parágrafo único que especifica, ao artigo 142 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970. — APROVADO.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando arquivamento do Projeto de Lei nº 63/75. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações pela passagem do 156º aniversário de fundação da cidade de Guarapuava. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, no sentido de exercer fiscalização e disciplinar os estacionamentos de veículos. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário de Educação e Cultura, apelando no sentido de que seja instalada Inspeção de Ensino da cidade de Nova Londrina. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de conseguir da SANEPAR, providências relativas ao prosseguimento dos serviços de água e esgoto na cidade de Toledo. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que através da Secretaria de Segurança Pública, seja designado um delegado especial para presidir o inquérito que deverá ser instaurado para apurar responsabilidade criminal, ocorrido na cidade de Santo Antonio do Caiuá. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que determine às Secretarias de Segurança Pública e à Prefeitura do município de Curitiba, a imediata interdição de toda parte superior do edifício "Independência" localizada à Praça Tiradentes, nesta Capital. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando voto de protesto, e seja oficiado

aos Srs. Presidente da República, Ministro da Justiça e Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, dando-lhes conhecimento desta manifestação, e apelando para seu senso de justiça, no sentido de que se corrija a grave falta praticada contra o Paraná e contra o Dr. Leonardo Abagge, o Juiz preterido.
— APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 5, sexta-feira, à hora regimental com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

LEVANTA-SE A SESSÃO.
